



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acta n.º 273 -----

----- Aos vinte e três dias do mês de Abril de dois mil e dez, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pelo Primeiro Secretário, Senhor Jorge Manuel da Silva Loureiro, e pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação e votação das actas n.ºs 271 e 272, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 34.º do RAMA";-----

----- Ponto dois: "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA";-----

----- **Período da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";-----

----- Ponto dois: "Apresentação, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e nove, bem como apreciação do respectivo Inventário do Património, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto três: "Apresentação, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e nove, bem como apreciação do respectivo Inventário do Património, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto quatro: "Apresentação, discussão e votação da 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referente ao exercício de dois mil e dez, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto cinco: "Apresentação, discussão e votação da 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Anadia, referente ao exercício de dois mil e dez, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto seis: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia do Regulamento de Taxas do Município de Anadia, nos termos das alíneas a) e e) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA".-----

----- **Período de Intervenção do Público:**-----

----- Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 36.º do RAMA.-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas catorze horas e quarenta e sete minutos.-

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PSD;-----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PSD;-----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PSD;-----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PSD;-----
- • Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca – GM do PS;-----
- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-PP;-----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PSD;-----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PSD;-----
- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS;-----
- • José Lagoa Duarte – GM do PSD;-----
- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PSD;-----
- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS;-----
- • João Alves Morais – GM da CDU;-----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PSD;-----
- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do CDS-PP;-----
- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PSD;-----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS;-----
- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PSD;-----
- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PSD;-----
- • Tiago Pereira Coelho – GM do PS;-----
- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----
- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguim;-----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PSD – PJF da Amoreira da Gândara;-----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PSD – PJF de Ancas;-----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PSD – PJF de Arcos;-----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-----
- • Manuel Baptista Veiga – GM do PSD – PJF de Avelãs de Cima;-----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores;-----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PSD – PJF da Moita;-----
- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PSD – PJF de Óis do Bairro;-----
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PSD – PJF de Paredes do Bairro;-----
- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PSD – PJF de Sangalhos;-----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;-----
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PSD – PJF de Tamengos;-----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • Litério Augusto Marques – PSD – Presidente;-----

----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PSD - Vereadora e Vice-Presidente;-----

----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----

----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PSD – Vereador;-----

----- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----

----- • Rosa Maria Tomás da Conceição – PSD – Vereadora. -----

----- Do executivo camarário não compareceu à sessão o seguinte membro:-----

----- • Aníbal José Franco Ferreira – PSD - Vereador.-----

----- Declarada aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia de vinte e três de Abril, de imediato, e antes de dar início ao período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a dar duas notas. A primeira, dizia respeito ao facto de que gostaria de solicitar a todos os Senhores Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia que pudessem, no final da sessão, ficar dois ou três minutos mais para resolverem algumas questões relacionadas com as comemorações do 25 de Abril.-----

----- A segunda questão, era para dar nota, àqueles que entretanto os foram interrogando, de que estava a decorrer, na sede do Município, na cidade de Anadia, o Inter-escolas da disciplina de educação moral e religiosa católica da Diocese de Aveiro, que juntaria, ao longo do dia em curso, cerca de quatro mil jovens e adolescentes, que tinham começado de manhã o seu trabalho no Vale Santo e que no momento se encontravam na Zona Desportiva. Por esse facto, também, deixou a referência, não só pelo facto de a Diocese de Aveiro ter escolhido a cidade de Anadia para a realização daquele Inter-escolas, mas também pelo facto de, pela primeira vez, o número de participantes ter ultrapassado os três mil e quinhentos.-----

----- Entretanto, passou à discussão das duas actas que se encontravam para aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 34.º do RAMA. A primeira delas, a acta número duzentos e setenta e um, da sessão realizada no dia vinte e um do mês de Dezembro de dois mil e nove, que na última Assembleia tinha levantado algumas questões e que, por esse facto, tinha sido reapreciada pelos serviços que prestam apoio à Assembleia Municipal, e reenviada, primeiro, aos líderes de bancada e, depois, a todos os Senhores Deputados.-----

----- Para intervir no período de discussão da acta número duzentos e setenta e um, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Boa tarde a todos, a começar pela Mesa, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores membros da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores representantes da comunicação social, público em geral, boas tardes. Sobre a acta, nós recebemo-la. Verificamos que o critério agora foi de transcrever *ipsis verbis* as diversas intervenções. Ok. É uma opção, que, aliás, penso que já vinha do passado. Francamente, em caso de dúvida, prefiro esta opção, *ipsis verbis*, do que aquela onde haja um tratamento das intervenções. De qualquer maneira, penso que foi passar um bocadinho do oito para o oitenta, se me permitem a expressão, e eu acho, deixo como mera sugestão, penso que os meus



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

colegas também me acompanham nesta sugestão, é que quando a gente lê o que falou, a gente fica com uma impressão diferente, porque aparecem, inevitavelmente, muitas repetições. Eu penso que basta eliminar essas repetições, desbastar, sem entrar no sentido que cada um deu à sua intervenção, basta isso para tornar a leitura um pouco mais acessível, sem, de maneira nenhuma, alterar o sentido que saiu da boca de cada um naquele momento e naquela circunstância. É a única coisa que tenho a sugerir. Em caso de dúvida, prefiro assim, uma transcrição integral, do que o tratamento da frase. Se puderem, simplesmente, retirar as repetições, já seria alguma coisa e não mais que isso. Obrigado.”-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as considerações do Senhor Deputado. Entretanto, referiu que, na realidade, tendo em atenção os reparos que tinham sido feitos na última sessão, e numa acta de uma Assembleia que tinha durado sete horas, era difícil, conseguirem, por vezes, entender aquelas questões. Aproveitou, então, para informar os Senhores Deputados que os serviços de apoio, lhe tinham solicitado, igualmente, que os Senhores Deputados tivessem algum cuidado quando estão efectuar as suas intervenções, no sentido de tentar que o microfone estivesse o mais audível possível, porque, por vezes, a audição do registo efectuado estava de tal modo baixo que se prestava a algumas confusões, nomeadamente quando algumas palavras eram semelhantes ou quando a situação era semelhante. Por tal motivo, deixava aquela recomendação, também. Referiu, também, que iriam tentar melhorar aquele serviço no sentido de não passarem do oito para o oitenta, como o Senhor Deputado tinha referido.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Araújo, do Grupo Municipal do PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, comunicação social, excelentíssimo público. Em relação à acta duzentos e setenta e um, eu tenho duas situações: uma será na página dez, que tem palavras, a Senhora Deputada Lúcia Araújo, do Grupo Municipal do PSD, que eu penso, e queria que a Senhora Deputada Lúcia Cêrca se situasse, para ver se não são dela estas palavras. O segundo parágrafo, “...concluída a intervenção protagonizada...”-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que iria proceder a essa alteração, uma vez que se tratava de uma intervenção da Senhora Deputada Lúcia Cêrca do Grupo Municipal do PS.-----

----- Retomando a palavra, a Senhora Deputada continuou: “Já agora, também na página cinquenta e nove, na quinta linha, penso que começa o ponto “...se não votar...”, isto são palavras do Senhor Deputado Cardoso Leal, se não votar a gente fecha as listas, não, antes, desculpem. É a página cinquenta e nove, ou seja, eu quase que posso depreender das palavras, que na quinta-feira vocês teriam decidido o seguinte: “...se o PSD votar...”, e seria, “...se o PS votar...”, penso eu. Em relação à acta, eu também acho que efectivamente está super longa, e vamos tentar reduzir isto porque ler isto tudo não é fácil. Muito obrigada.”-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Decorrida a intervenção da Senhora Deputada Lúcia Araújo, do Grupo Municipal do PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-PP, que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Boa tarde a todos. É só para mencionar, de facto, a forma pouco correcta como têm sido elaboradas as actas. Com tanto tempo para elaborar uma acta, independentemente da Assembleia ter sido de sete horas, vem com muitas gralhas. E não são só gralhas, são omissões. Portanto, há coisas que foram ditas na Assembleia que não estão lá transcritas, minimamente. Portanto, também há omissões. Isso é muito grave, num documento desta importância. E queria mencionar que vamos fazer constar o voto de vencido na respectiva acta, a seu tempo."-----

----- No seguimento e relativamente à intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-PP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou os Senhores Deputados de que lhes tinha solicitado, na última Assembleia, que se predisusessem a ouvir a gravação da sessão em discussão, e que nenhum tinha respondido positivamente. Quanto tempo, informou o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco de que o apoio à Assembleia Municipal não era efectuado a tempo inteiro, pelo que tais situações poderiam acontecer. Não obstante, não deixou de registar a opinião do Senhor Deputado.-----

----- Não tendo havido lugar a mais intervenções no período de discussão da acta número duzentos e setenta e um, da sessão ordinária de vinte e um do mês de Dezembro de dois mil e nove, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao processo de votação da sobredita acta, do qual resultou a sua aprovação por maioria, com trinta e um votos a favor, dois votos contra da bancada do CDS-PP e uma abstenção da bancada do PSD, da parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paredes do Bairro por não ter estado presente na sessão a que a acta diz respeito.-----

----- Decorrida a votação da acta número duzentos e setenta e um, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco para efectuar uma declaração de voto, que se passa a tentar transcrever na íntegra: "O Grupo Municipal do CDS-PP de Anadia, no que diz respeito às votações para os vários órgãos, vem manifestar a pretensão de impugnar as deliberações tomadas, e agora exaradas em acta, relativamente aos pontos seis, sete, nove e treze da ordem de trabalhos da respectiva Assembleia. Para evitar futuros abusos, mais não resta ao Grupo Municipal do CDS-PP do que apresentar à apreciação no Tribunal Administrativo de Aveiro acerca da veracidade ou falsidade da acta e impugnar as mencionadas deliberações. Não tenho mais nada a dizer."-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à discussão da acta número duzentos e setenta e dois, da sessão ordinária de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez. No período de discussão, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-PP, que completou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Eu só queria reforçar aqui o que foi dito já há bocado pela bancada do PS, é que efectivamente há aqui uma série de repetições, uns "e's" mais. Eu acho que se houver depois



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma correcção do texto, isto acaba por ficar melhor, porque há aqui algumas repetições, depois ficam sem nexos. Há palavras repetidas três vezes, a mesma palavra. Se nós tivermos esse cuidado, depois de fazer a análise mais cuidada do texto, parece-me que vamos mais ou menos no bom caminho, embora seja extensa. Podia ser... suponho que se não conseguissem minimamente reduzir o texto, não alterando o sentido, seria a melhor solução, porque isto são actas demasiado extensas, como é lógico. Mas, na impossibilidade de seguir outro caminho, este poderá ser o caminho, desde que não haja tanta repetição. Aparece com muita frequência repetições de palavras.”-----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do PSD, que formalizou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: “Muito boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, colegas Deputados, comunicação social, público em geral. A minha intervenção tem a ver com um erro, que não é um erro da acta, foi um nome que eu próprio troquei e que gostaria que fosse rectificado. Refiro-me na acta duzentos e setenta e dois, na página quarenta e nove, mais ou menos a meio, portanto, e embora seja o segundo parágrafo, onde eu refiro o Engenheiro Felício, é que o nome correcto é Cintra Nunes. Gostaria que fosse feita esta rectificação, porque fui eu que mencionei erradamente o nome do Senhor Engenheiro.”-----

----- Já agora, que estou no uso da palavra, gostaria só de comentar. Penso que este pingue-pongue que está a haver aqui relativamente às actas, ou que são demasiado extensas, porque têm tudo, ou se se faz, de facto, uma correcção, digamos uma rectificação daquilo que foi dito, dando-lhe um arranjo, corre-se o risco de acontecer o que aconteceu na anterior, que é, quem vai fazer esta correcção, ou esta rectificação, chamem-lhe o que for mais adequado, naturalmente vai pôr um cunho pessoal, vai entender que isto é importante dito desta maneira ou dito daquela. Portanto, se calhar, e para não andarmos aqui com este pingue-pongue de repetições, acho que, pronto, é do mal o menos, são mais umas folhas de papel, mas, se calhar, será melhor ser assim. Também me custa, porque agora li, ou li na acta coisas que disse e também gostaria que constasse do texto ligeiramente diferente. Mas isto foi o que eu disse e, portanto, as pessoas têm que ler as linhas e as entrelinhas. Mas penso que já estamos a chover no molhado. Obrigado.”-----

----- Não tendo havido lugar a mais intervenções no período de discussão da acta número duzentos e setenta e dois, da sessão ordinária de vinte e seis do mês de Fevereiro de dois mil e dez, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao processo de votação da sobredita acta, do qual resultou a sua aprovação por maioria, com trinta e cinco votos a favor e uma abstenção da bancada do CDS-PP.-----

----- Seguidamente, deu início ao período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA, que concerne o período de antes da ordem do dia, tendo concedido a palavra à Senhora Deputada Lúcia Cêrca, do Grupo Municipal do PS, que proferiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados, comunicação social, muito boa tarde a todos. Gostaria de pedir ao Senhor Presidente da Câmara que esclarecesse esta Assembleia no seguinte: que negociações serviram de base à construção do parque de estacionamento junto às Caves Aliança, em Sangalhos? Que contrapartidas negociou, uma vez que muitas famílias foram, e continuam a ser, vítimas de despedimento naquela freguesia, não só pela empresa em causa, mas, também, de momento, já outras? Se o referido parque serve todos, evidentemente que estas questões não têm intenção de atingir o grande empresário Joe Berardo - quem dera que em todas as freguesias tivéssemos um investidor de tal envergadura, seria bom para todos nós e para o concelho -, mas sim, para podermos todos, com verdade, esclarecer os anseios e os ruídos da população. Ainda perguntaria ao Senhor Presidente da Câmara, se todas as máquinas deste Município estão em perfeitas condições operativas, na medida em que tenho lido, e ouvido de muitos Presidentes de Junta, e outras pessoas directamente envolvidas nestas questões, que se fartam de solicitar maquinaria para desobstrução de caminhos, de barreiras caídas, e que nunca temos máquinas. E, como verifiquei pessoalmente, nesta obra, num ápice, fez aquele parque de estacionamento, o que me leva a crer que efectivamente não há dificuldades de maquinaria. Portanto, gostava realmente de um esclarecimento para podermos responder todos, com verdade, a estas situações. Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- Decorrida a intervenção da Senhora Deputada Lúcia Cêrca, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Pedro Dias, do Grupo Municipal do PSD, que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia, respectiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, todos os elementos desta Assembleia, comunicação social, Senhores e Senhoras. Eu pretendia fazer aqui uma abordagem, e reflectir aqui um pouco, também, e aproveitar para colocar aqui algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente a algumas iniciativas que considero que têm que ser referidas nesta Assembleia, tendo em vista a envergadura do investimento que se está a fazer na região.”-----

----- Ao contrário da Senhora Deputada do Grupo do PS, nós gostaríamos de, e eu propriamente, e creio que em nome também da bancada do PSD, de salientar aqui nesta casa, e ao contrário do que constantemente se refere, inclusive, por alguns Grupos Partidários aqui representados e por algumas pessoas aqui representadas, que trazem muitas vezes isto para a comunicação social, que Anadia é um Município que não atrai investimento. Portanto, e relativamente ao que vamos inaugurar aqui neste Município, amanhã, o Museu Underground, acho que é precisamente a prova do contrário. Quando um dos principais investidores nacionais, em diversas áreas, sente vontade para investir o que, dito pelas palavras dele, do Comendador Joe Berardo, estamos a falar de cerca de trinta milhões de euros, no que diz respeito à remodelação de um dos locais mais emblemáticos da nossa região e do nosso património histórico vitivinícola, não podemos ficar alheios a isto.”-----

----- Se o Município, e a forma que o Município vai encetar parcerias, ou encetou parcerias,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

especificamente com este grupo, não sei os montantes. Para isto será o Senhor Presidente para falar, não sei se tem a ver com valores ou com serviços, mas certamente que a parceria feita com a Aliança, ainda há muito pouco tempo foi feita, nomadamente em artes plásticas, e teve o retorno que teve a nível da imagem e da projecção do Município, inclusive lá fora. Mas o investimento de trinta milhões de euros, o investimento do Município, nem que seja só meramente formal, é perfeitamente insignificante perante a imensidão deste valor. Esta é uma das situações que gostaria de referir. É uma mais-valia em termos de oferta cultural e para interligarmos, fazemos aqui um papel de rede com todas as valências enoturísticas da região. Este sinal não está isolado.-----

----- É notório, nos últimos tempos, que, nomeadamente no sector vitivinícola, há uma vontade expressa de reformulação de conceitos, com investimentos vários, alguns feitos de raiz, outros são reformulações de conceitos associados a Caves também históricas que pretendem, nos próximos tempos, apresentar, também, uma oferta moderna e que se possa interligar com o investimento e o mote, o incentivo, que julgo que o Município tem vindo a dar, nomeadamente na sua participação e parcerias.-----

----- E estou-me aqui a referir, também, e era outro ponto que gostaria de salientar, com a recente inauguração da sede da Associação Rota da Bairrada. Portanto, a Associação da Bairrada inaugura uma sede num edifício que foi concessionado pela REFER ao Município de Anadia e, finalmente, vemos uma utilização digna, que nos dignifica bastante, Município, e portanto, são duas situações que representam a vontade de um todo, não só dos agentes privados, mas assumem-se como esta vontade num caminho único entre o público e o privado. Portanto, gostaríamos de saudar aqui esta iniciativa.-----

----- Foi referido na comunicação social que a Autarquia poderá eventualmente ter suportado algumas obras de adaptação/reabilitação do espaço. Quero, também, desde já, felicitar pela belíssima adaptação a este espaço que não desprestigiou o património que o próprio espaço assumia. Estamos a falar de uma obra de um dos mais prestigiados arquitectos – Cottinelli – e que também tem no seu interior alguns painéis de um dos maiores mestres das artes plásticas, estamos a falar de Jorge Barradas, e que estão perfeitamente preservados e fez-se aqui uma interligação de arquitectura moderna sem destruir o património. Portanto, queríamos também saudá-lo e felicitá-lo por esta intervenção.-----

----- Portanto, no último sábado, e de acordo com essa inauguração, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Anadia aproveitou a presença do Senhor Secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, e reivindicou a paragem dos comboios rápidos, Alfa Pendular e Intercidades, que fazem a ligação Lisboa/Porto na estação de caminhos-de-ferro daquela estância termal, situação esta que perdemos. Portanto, e o Senhor Presidente exigiu. Pediu o parecer junto do Governo e queremos, também, saudá-lo aqui pela frontalidade que teve e o momento oportuno para perguntar ao Governo realmente qual é a postura relativamente a esta questão. Essa questão eu gostaria de colocar ao Senhor Presidente, que ele pudesse esclarecer esta Assembleia, que respostas obteve do Governo relativamente a esta questão, e que também



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

puдesse esclarecer de que forma é que a Autarquia, e que medida, e em que formato, investiu na remodelação da estação da Curia. Muito obrigado.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Arménio Cerca, do Grupo Municipal do PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Ancas, que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia e excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, excelentíssimos Vereadores, Deputados desta digníssima Assembleia, comunicação social, público em geral. O momento que vou utilizar é para perguntar ao Senhor Presidente duas situações. A primeira, já me informou na última Assembleia, mas eu gostaria que me informasse sobre o ponto da situação relativamente ao Loteamento da Quinta do Rangel, em Ancas. Há algumas pessoas a perguntarem quando é que poderão adquirir um lote e, portanto, eu gostaria de saber, caso seja possível, o ponto da situação.”-----

----- Uma outra questão prende-se ao nível da saúde. Sabemos que o concelho de Anadia tem sido tratado da maneira que todos conhecemos, ao nível da saúde. Esta semana deparei-me com uma notícia num semanário da Região da Bairrada, dando conta da vontade do Governo em criar uma unidade de saúde familiar em Anadia e uma unidade de cuidados de saúde personalizados em Sangalhos, unidade essa que virá a incluir a freguesia de Ancas e, embora a Doutora Ana Oliveira diga, a dada altura, - pelo menos é o que está transcrito no jornal -, em que as populações não necessitam de se alarmar e que os utentes irão continuar a ser atendidos nas respectivas extensões de saúde, eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento a nível oficial de algumas diligências ou se foi informado de toda esta alteração que, supostamente, virá a ser implementada. Penso que isto é uma forma muito sub-reptícia, como já vem sendo hábito, de nos irem retirando os serviços de proximidade às populações relativamente à saúde.”-----

----- Relativamente à saúde, e quanto a Ancas, eu posso dizer que o Primeiro-Ministro de Portugal, a primeira medida que anunciou na sua primeira tomada de posse como Governo, foi de que iria liberalizar a abertura de farmácias para que as pessoas tivessem uma melhor acessibilidade. Pois, isso manifesta-se exactamente ao contrário e Ancas já está a ser penalizada exactamente para esse efeito. Portanto, isto penso que será uma situação encapuzada de nos irem retirando esses serviços e eu pretendia que o Senhor Presidente da Câmara transmitisse aqui nesta Assembleia se tem algum conhecimento. É óbvio que os Autarcas também não podem, e nem devem, ser só utilizados para se arranjam votos em altura de eleições. Acho que também, por medidas como esta, devem ser informados, ou, de certa maneira, conseguirem, ou serem atendidos nas suas reivindicações. Muito obrigado.”-----

----- Para responder às três primeiras intervenções do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que procedeu à apresentação dos esclarecimentos que de seguida se tentam transcrever na íntegra: “Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, à comunicação social presente. Vou



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

informar a Senhora Deputada Lúcia Cerca que na verdade a nossa intervenção no estacionamento das Caves (não sei se é o nome que lhe dão), antigas Caves Aliança, é precedida de uma resolução em reunião de Câmara. Portanto, foi acordado ajudar, em termos de parcerias, como é lógico, as Caves Aliança, como temos ajudado outras instituições. Estamos disponíveis para continuar a fazer isso.-----

----- Não deixo aqui de referir, que foi após duas ou três insistências que a Câmara entendeu razoável ajudar, não sem a crítica, enfim, de algumas posições tomadas por esta instituição, porque nós, na Câmara, não estamos aqui a fazer jogo do gato e do rato. O que acontece é que ficou definido que nós só ajudaríamos no asfaltamento. E foi o que fizemos. E por quê? Porque as Caves Aliança, e toda a gente que ali mora sabe, que avançou com trabalhos de requalificação do espaço, incluindo o exterior, onde a Câmara, por sua vez, teria de dar resposta e que a resposta que se lhe dava iria muito para além daquilo que efectivamente era aquilo que nos pediam, isto é, que acordámos agora, o que eles nos pediam era realmente tudo, e não o fizemos. Bem, mas essencialmente porque é em substituição, ou em colaboração, do arranjo do espaço exterior em espaço público, que é o caso dos passeios, que, como sabe, têm uma construção que se entendeu com algumas críticas iniciais porque houve lá inclusivamente problemas com uma anulação de uma capela que alguém do Partido Socialista, e nós próprios, não ficámos satisfeitos e que mostrámos a nossa indignação. Está tudo em acta.--

----- Agora, o que nada nos impede, como compreende, é a nossa parceria com entidades privadas. Tivemos o cuidado de definir que esse espaço, que é privado, evidentemente, poderia, em caso de necessidade, servir como espaço público para o Hospital que está lá ao lado, salvo erro, e, naturalmente, para um caso ou outro em que Sangalhos necessitasse. Foi-nos, portanto, aceite essas situações e nós fizemo-las.-----

----- Quero informá-la, também, que ao lado, ou atrás, há exactamente uma solução idêntica que também está aprovada em reunião de Câmara, mas que, por acaso, ainda não foi feita, porque trata-se de uma entidade que tem mais que um protagonista, portanto, são dois ou três proprietários, que ainda não vieram assinar os papeis adequados para que a obra avance. Refiro-me, exactamente, - não sei os nomes e peço perdão porque não vinha preparado para a pergunta -, mas refiro-me exactamente ali a uma zona onde estavam, ou estão ainda, contentores e, portanto, temos um trabalho que foi inclusivamente aprovado, como este, aliás, em reunião de Câmara.-----

----- Estamos disponíveis para, enfim, colaborar sempre e quero aproveitar - se não me levar a mal de misturar a sua intervenção com a do Senhor Dr. Pedro Dias -, que a nós é evidente que é sempre uma satisfação os grandes investimentos por privados que se façam no concelho, mas, nem por isso, têm que ser, enfim, beneficiados. Aqui, é um caso autêntico. Não há nenhuma beneficiação. É uma obrigação da Câmara Municipal. Tem-no feito, na colaboração com privados em passeios, em pequenas acessibilidades à sua instalação, que passam devidamente pelas reuniões de Câmaras Municipais que têm, também, colhido a unanimidade dos Vereadores em questão.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Portanto, penso que, embora reconheça a apreensão, estou absolutamente de acordo consigo, quando fala de muitas famílias que perderam o seu emprego, infelizmente este caso de Anadia não é único, nem é exemplo para nada. São situações que aparecem de uma forma tão comum, tão frequente, que realmente nós não temos, para isso, respostas. Mas, acho que o pior de tudo seria nós não colaborarmos com aqueles que, apesar de tudo, muito ou pouco, ainda se vão mantendo no nosso território, trazendo, naturalmente, investimento, e trazendo algum emprego - que eu desejava que fosse muito mais. Mas, melhores dias virão e eu estou convencido que isso que vai também acontecer no caso daquela empresa lá sediada.-----

----- Continuando, não, tenho mais para lhe dizer, desculpe lá. É que, fala-me que as máquinas que apareceram. Pois as máquinas aparecem onde estão programados os trabalhos. E quero-lhe explicar. Não sei quem foram os Presidentes de Junta, mas quero deixar, não a si, mas aos Presidentes de Junta, que até esta Assembleia Municipal serve para isso, que digam quando é que pedem máquinas e que não são, naturalmente, atendidos. Acontece é que, muitas vezes, são quinze freguesias, não podem ser todos atendidos na mesma hora. Acho estranho - não duvido, não é, porque há pessoas que para se defenderem não se importam de acusar -, não estranho que algum Presidente de Junta, com todo o respeito que tenho por eles, que diga: não faço porque o Presidente da Câmara não me dá máquinas. Aliás, eu é frequente ouvir dizer isso. Alguns já não estão nas Juntas de Freguesia, mas era aquilo que eu ouvia já há alguns anos. Isto é tudo muito bonito, mas tem de haver algum equilíbrio. Porque eu lembrei-me, quando fez uma pergunta, se estavam operacionais. Eu quero-lhe dizer que as nossas máquinas têm todas, de acordo com a lei, as inspeções obrigatórias, portanto, estão todas operacionais. Podemos, e isso é de certeza aquilo que queria dizer, há aqui alguma imprecisão naquilo que perguntou, podemos é naturalmente não ter disponibilidade para fazer o trabalho. Mas, aos Presidentes de Junta, quero também tranquilizar, em nome naturalmente, também, da preocupação da Senhora Deputada, que, enfim, é preciso saber esperar e, atenção, ter em conta uma programação da Câmara Municipal.-----

----- Também já falei quanto ao problema do desemprego que originou. Senhora Doutora, ainda há dias foi mais uma empresa lá e vão todas aquelas que efectivamente, enfim, não consigam vencer a crise. Espero que ela termine depressa para que haja recuperação.-----

----- Ao Senhor Pedro Dias, mais uma vez lhe quero responder, que não tivemos qualquer intervenção porque há investimento ou não há investimento. Nós vamos através daquilo que entendemos ser razão suficiente, a tal inter-colaboração, entre a Câmara e as entidades privadas, já que as próprias, como referiu, também o fazem connosco. E, como é normal, todas as reuniões aparece uma entidade privada a pedir um subsídio, para este ou aquele evento, e nós, depois de ponderarmos todos os prós e contras, lá vamos colaborando. É uma actividade, digamos, é uma competência da própria Câmara. Não fomos a pensar, naturalmente, em contrapartidas para eles colaborarem connosco no Museu do Vinho. Agora, que ficamos contentes que realmente em Anadia haja um Museu, e que, paralelamente, em Sangalhos haja outro, com um estilo totalmente diferente, ficamos contentes. Mas não somos nós que temos de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

montar o Museu. Podemos, quando muito, estabelecer parcerias, se para isso, nos vier a ser solicitado.-----

----- Para concluir, falou-me da Rota da Bairrada. Quero-lhe, também, dizer que a minha satisfação só é grande porque a Rota da Bairrada está instalada no concelho de Anadia. Mas, trata-se de uma Associação, como sabe, é um agrupamento de Câmaras e entidades, inclusivamente hoteleiras, gastronómicas, portanto, e até outras empresas que suportam, digamos, o funcionamento da Rota. Quando fala da obra, as pessoas estiveram lá, eu penso que foi feito de acordo com aquilo que é o nosso princípio, de certa maneira preservar aquilo que é património indiscutível e, naturalmente, fazer-lhe o enquadramento de maneira a que as coisas fiquem bonitas. Eu também gostei. Agora, se me diz que é uma obra importante, ela seria muito mais importante por aquilo que eu disse, e reitero aqui, ao Senhor Secretário de Estado: a Curia, o concelho de Anadia precisa que parem aqui, se não o Alta Velocidade, que não sei por onde passa ainda, definitivamente, nem quando, mas pelo menos na linha do Norte que os comboios de grande velocidade possam ali parar.-----

----- Quero-lhe dizer que está a ser elaborado um projecto para sustentar a boa vontade do Secretário de Estado em que isso aconteça. Brevemente, provavelmente lá para quarta-feira da semana que vem, terá em mãos já esse documento. Está a ser elaborado, portanto, sabe que tem de haver quantos utentes serve, enfim, estas coisas todas, e naturalmente o tecido industrial, comercial, hoteleiro, tudo isto tem que ser devidamente organizado para que, enfim, o Senhor Secretário de Estado também não veja que se tratou de um pedido amorfo, de um pedido, enfim, quando muito, unilateral, sem qualquer fundamentação. Penso, de certa maneira, que expliquei tudo. Há uma parceria. É evidente, estamos satisfeitos, porque todas as Câmaras concorreram para ali. Trata-se efectivamente de a Câmara dar exactamente aquela instalação, dar através de protocolo adequado, dar aquela instalação à Rota, no fundo, a todas as Câmaras e todos os parceiros que a constituem. Mas, ainda bem, porque penso que vai prestar um bom serviço.-----

----- Para terminar, quero falar aqui ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia que aquilo que nos importava era comprar o loteamento. Já foi feita a escritura, como penso que informei, e agora não temos dificuldades, porque vender é fácil. Sabe que o loteamento foi feito com determinadas características de construção, lá de um arquitecto que não era daqui. Nós queremos criar, nesse loteamento, e temos a declaração de autorização do arquitecto, para poder fazer essas alterações, outro tipo de construção que se adequa, naturalmente, ao concelho de Anadia e, naturalmente, à povoação da freguesia de Ancas. Portanto, estamos nesses retoques e iremos rapidamente avançar para a sua venda, venda, como disse, a preços vantajosos, mas com condições específicas do adquirente.-----

----- Agora, falou-me aqui no encerramento da unidade de saúde de Ancas. Não sei. Não tenho nenhum documento oficial, não tenho nenhum contacto oficial, nem do encerramento da unidade de saúde de Ancas, nem de qualquer freguesia do meu concelho. A única coisa que tenho conhecimento, através da Doutora Ana, portanto, a Directora ou a Presidente do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agrupamento que engloba Anadia, Águeda e Oliveira do Bairro, e não sei se mais, é que vai haver uma grande reformulação. A criação das unidades de saúde familiar, as USF, vão, enfim, mexer com isso. Às populações só recomendo, se for para melhor, tudo bem, se for para pior, elas são, naturalmente, as portadoras do descontentamento ou do contentamento. Que o manifestem. A Câmara de Anadia estará disponível, inclusivamente na pessoa do Presidente, para sempre que se entenda que estão a perder eventuais regalias, estaremos ao lado dessas populações. Mas, também lhe quero dizer aqui uma coisa. Não o entendi quando falou em votos em altura de eleições. Eu penso que quando fui a eleições, que não prometi nem encerramento nem abertura do Centro de Saúde. Eu prometi trabalho. E, portanto, se é para mim, sinceramente, não se encaixa. Peço-lhe desculpa.”-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao Senhor Deputado Arménio Cerca, do Grupo Municipal do PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Ancas, que esclareceu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Essas palavras não são dirigidas ao Senhor Presidente da Câmara. O que eu pretendo dizer é que, os Autarcas que são eleitos quando há efectivamente intenções de alteração de ordem significativa que prejudiquem as populações, acho que também deveriam ser consultados, ou pelo menos, serem parte interveniente de algumas decisões, isto, a partir de quem decide. Portanto, neste caso, ou da nova Directora do Agrupamento, ou da ARS, ou seja quem for. Portanto, acho é que todos os Autarcas, quando implique alterações nas suas populações, na alteração das condições de vida das suas populações, e a nível da saúde isso é significativo, acho que os Autarcas deviam ser informados e contactados para, enfim, também manifestarem a sua opinião. Não tem nada a ver com o concelho.”-----

----- Esclarecida a questão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Boa tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, comunicação social. Eu começaria por perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, e também esta pergunta vai ser extensiva aos Senhores Presidentes de Junta do Município, tendo em conta a gravidade do PDM e a longevidade que é uma cruz muito pesada que o concelho tem vindo a transportar, eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se aceita ou não, e também um desafio aos Senhores Presidentes de Junta, se aceitam fazer parte de uma comissão com o Senhor Presidente da Câmara, um Vereador, um Deputado de cada partido político e representantes dos Presidentes de Junta para sabermos, na realidade, em que fase é que se encontra o PDM. Porque o Senhor Presidente diz que está em fase terminal, vem o PDM à Câmara, volta a enviar novas propostas. Sabemos que já há aí casas aonde o TGV vai demolir e que não estão legalizadas, em Óis. Com certeza que o Senhor Presidente da Junta de Óis deve ter conhecimento disso. Esse munícipe vai ser penalizado na avaliação da construção. Eu pergunto se o Senhor Presidente aceita, ou não, formar essa



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comissão?-----

----- Segunda, sobre as notícias que vêm recentemente na comunicação social e declarações da responsável do Agrupamento número um, do Baixo Vouga, na área da saúde, Doutora Ana, e tendo também apanhado declarações do mandatário do Senhor Presidente da Câmara às eleições autárquicas, Senhor Doutor Pinho, tudo aponta para que Anadia perca qualidade no apoio aos seus municípios. E aponta por quê? Porque, na realidade, vamos ficar com duas unidades: de princípio, uma unidade familiar em Anadia, que já está criada, falta só formalizá-la oficialmente, e uma unidade de serviços personalizados em Sangalhos. E eu pergunto, se os habitantes de Avelãs de Cima, que ficam mais perto da unidade de saúde familiar em Anadia, por que motivo é que têm que ir para Sangalhos e não aqui para a consulta aberta que vai funcionar talvez por um mês ou dois, porque os médicos que vão lá trabalhar são contratados e o Governo aposta no aumento da despesa por um período inicial em prejuízo dos seus municípios. E por que é que os utentes da unidade de saúde de Avelãs de Cima chegam aqui a Anadia, à consulta aberta, não podem ser atendidos porque têm que ir para a unidade de saúde personalizados para Sangalhos. Tem uma finalidade, Senhor Presidente, é que, ao fim de mês, a unidade de saúde tem zero de receita de serviço de apoio aos utentes, e, como tal, o analista de Coimbra, analista económico, porque o Governo pensa só poupar, tem um argumento para dizer nós vamos fechar a consulta aberta, porque a consulta aberta não tem justificação para estar a funcionar. E mais. Até podia-lhe adiantar mais, sobre o horário e isso tudo. O Senhor Presidente sabe. E mais, foi nomeado aqui um responsável na área da saúde, não sei se foi chamada à reunião pela Doutora Ana, ou não. Porque nomeamos um representante. Se a Doutora Ana não o chama, não vale a pena estar a nomear representantes aqui nesta Assembleia. Mas, mais. Brevemente já começa a sair fumo branco, mas para mim, para o Grupo da CDU é um fumo muito negro, portanto, muito poluente, já são escassos dias que falta para esclarecermos a verdade e dizer, então, frontalmente, e explicar à população do concelho de Anadia que quem tinha razão era o PCP, porque o PCP há um ano apontou nesta mesma sala, numa sessão extraordinária, e a Administração Regional de Saúde mandou para aqui um ofício a dizer que era mentira. Não era mentira. Eles não tinham era ainda condições para implantar o encerramento da consulta aberta. E, como tal, nós repudiamos, uma vez mais, e chamamos mentirosos a este Governo, quando este Governo diz que é para servir o povo, que é para melhorar a vida dos portugueses, é para os penalizar economicamente.-----

----- Também gostaria de perguntar aqui ao Senhor Presidente da Câmara que não estou contrário à parceria em que o Senhor Presidente colaborou com as Caves Aliança. Só que entendo que os custos que estão lá a ser feitos, devem ser, essa parceria não foi dada a conhecer a esta Assembleia, embora o Executivo da oposição na Vereação, tem conhecimento e votou favoravelmente a construção disso. A CDU não tem conhecimento desse protocolo e, como tal, continuamos a afirmar que é injusto que as obras se façam sem vir a dar conhecimento, de início, porque nem vem, sequer, no trabalho realizado pela Câmara nestes últimos três meses. Portanto, foi uma obra à pressa, mas, como tal, gostaria que o Senhor



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente me esclarecesse esse protocolo e se esse protocolo por quantos anos é que a população de Sangalhos tem direito, a população e não só, a estacionar nesse parque. Se o parque é só para servir as Caves Aliança e a unidade de Hospital Privado, acho que as companhias de seguros e a Caixa Geral de Depósitos, que é Estado, têm dinheiro para construir um parque ao lado. Há lá terrenos, comprem-nos. Como tal, a população é que paga os seus impostos é que tem o direito de ser servida. E isso foi uma das promessas eleitorais. O Senhor Presidente disse que iam ser criados parques para servir a população de Sangalhos. É só."-----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o Senhor Deputado que não compete à Câmara Municipal a constituição de qualquer comissão para análise da vida pública do Município. Acrescentou, ainda, que tal compete, segundo o Regimento e a legislação, à Assembleia Municipal e, portanto, era a esse órgão que se deveria dirigir quando entendesse que deveria ser criada qualquer comissão como aquela que tinha proposto ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Henrique Lameirinhas, do Grupo Municipal do PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Óis do Bairro, que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Boas tardes, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caríssimos colegas, comunicação social. Eu só quero esclarecer o Senhor João Morais que eu não tenho conhecimento nenhum de nenhuma obra ilegal em Óis e, também, a única coisa que sei, numa reunião que tive com a RAVE, é que a única casa que era apanhada em Óis, que eles prometeram, está legal e, portanto, é uma casa que nem sequer na freguesia de Óis. Por acaso, é no limite entre São Lourenço e Óis. É a única coisa que eu conheço. De resto, não conheço nenhuma obra ilegal lá."-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que formalizou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: "Senhor João Morais. Quando fala de PDM, do actual, eu apetece-me, quer dizer, mostrar as vicissitudes do actual: como é que foi feito, quem é que hoje tenta dificultar - isso eu não sei - o avanço do PDM. Mas, a verdade é que há tanta incongruência no anterior, que para uns serviços devidamente competentes neste País, deviam anular rapidamente muitos dos PDM's que estão construídos de uma forma totalmente anacrónica. Não gostaria de perder muito tempo, mas se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal me permitisse, eu dava-lhe um exemplo concreto como é que se fez, e porque é que se fez eu não sei, o PDM que ainda hoje está em vigor. Apresento nesta Assembleia, eventualmente, um problema, uma situação, na próxima apresentarei outra, ou outras, e naturalmente, quem se sentir incomodado, que vá dando respostas. Se calhar hoje vou apresentar duas, e peço ao operador, uma vez que o Senhor Presidente me autoriza, uma situação da Moita. Isto, refiro-me, exactamente, às pessoas da Moita. Alerto-as. Quem é que os engana? Ou quem é que os enganou? Se os enganou uma vez, promessas a seguir é para os enganar outra vez. Repare, o que vê ali é um ortofotomapa da Moita, zona de Carvalhais. Estão a ver ali os perímetros urbanos e estão a ver



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ali – eu vinha preparado, sabe. Portanto, agradeço-lhe essa coisa. Alguém me faria essa pergunta. Foi o Senhor, é para ver que aqui não há qualquer intencionalidade de lhe responder, mas sim responder a esta Assembleia que tem de ser devidamente esclarecida. Reparem, estão a ver esta linha vermelha? Isto é a configuração do perímetro urbano que foi aprovado pelo PDM em vigor em noventa e quatro, aquilo ali. Isto é uma quinta. Está lá, enfim, cheia de formigas, eu para falar em bichos perigosos, formigas e passarinhos e tal. Isto é uma quinta que tem uns hectares, perceberam, que está, curiosamente, em perímetro urbano. O resto da Moita, que aqui a figura não apresenta, mas que naturalmente basta consultar na Internet o perímetro urbano da Moita, hão-de ver que este espaço aqui, começando ali, dando a voltinha, vindo por aqui até aqui, duplica o lugar de Carvalhais. Reparem, vamos ver agora a planta do ordenamento. Faz favor. A planta do ordenamento é aquilo que vocês vedes ali. Estão a vê-la ali, olhem ali o cuidadinho que tiveram em cercar a quinta, perceberam. Isto é onde hoje na Moita se pode construir. O resto da Moita é só complicações. Não se pode alargar uma garagem, não se pode aumentar uma casa. É aquilo que ali está. Mas, se ainda fosse uma situação livre de reserva ecológica, e faz favor de passar à reserva ecológica. Reparem, estão a ver o desenho da reserva ecológica? É esta trama. Está tudo, menos o perímetro urbano da Moita, está tudo em reserva ecológica. Mas, os mentores do projecto, sem qualquer respeito pela reserva ecológica - e diga-se aqui uma coisa, não havia reserva ecológica neste tempo, isto é em noventa e quatro. Esta reserva ecológica que aqui está é de noventa e seis. Fizeram esta infiltração na reserva ecológica. Refira-se que se trata de uma quinta de um só proprietário. Refira-se isso. Se não é de um só é de uma empresa, que é pior ainda, estão a perceber. E, então, por estranho que pareça, aqui não há nenhuma limitação de construção: a área não está sujeita a Plano de Pormenor, não está sujeita a nada, porque, como é evidente, é de uma pessoa, ou de uma empresa. Porque aqueles onde há situações difíceis, e podemos apresentar aí eventualmente uma em comparação, longe, eventualmente, desta, onde há situações difíceis aparecem estes espaços grandes, estes grandes oásis, mas sujeitos a Planos de Pormenor. Este não interessava, como é lógico. Se tiverem alguma possibilidade de comparem zonas também de ordenamento, possibilidade de construção, estão a ver... Olhem, pequenas zonas. Ali aquela, que é outro problema que eu apresento no futuro. Hoje, já é demais, que eu não quero gastar o meu tempo só com isto. Mas, estão a ver. Sabem o é que querem esta trama? Esta trama são planos de pormenor, porque aqui tem de haver planos de pormenor que são impossíveis de fazer porque o número de proprietários é de tal ordem assustador que é impossível fazer, ainda hoje, um plano de pormenor. Ali, no caso que falámos, que era tão fácil porque se tratava de um, nem plano de pormenor, é toca a andar. Bem, isto é uma situação. Esqueceram-se das pessoas da Moita e lembraram-se de um grande empresário, que por acaso sabemos o nome, até sabemos a empresa que lhe faz o trabalho, e até os técnicos que o fazem, mas, pronto, lá está uma identificação.-----

----- Agora, vou-vos dar outro exemplo concreto. Vão dizer, com certeza, que é a Câmara, a Câmara é que fez. A Câmara é que aprovou, só que o suporte é técnico. Um técnico de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qualidade, um técnico que não tem nada que ver com estas habilidades, naturalmente que não aprova qualquer coisa. Mas, reparem. Que nós temos muitos. Todas as reuniões eu prometo trazer aqui casos destes. E procuro saber quem efectivamente é responsável por isto. Ortofotomapa, Curia. Não sei se estão a ver aqui: aqui é a Estação da Curia e aqui é a Estrada Nacional número um, voltadinho para Aguim. Estão a ver aqui? Isto é Aguim, povoação de Aguim. Reparem. Estão a ver ali aquilo? Olhem ali. Milhentas casas, desde a Curia até Aguim. Vejam quantas casas. Aqueles rectângulos, quadrados, aquilo são casas. Tudo isto casas fora do perímetro urbano. E aparece-me mais um oásis ali. Estão a ver um oásis. Nem respeitou os cinquenta metros. Vela quantos metros é que isto tem de profundidade. Isto foi feito pela equipa do Plano Director Municipal de Anadia, que ainda hoje está em vigor. Deixaram aqueles que já lá existiam, porque isto é verdade, está marcado, isto é uma planta de então, estavam marcados. Esqueceu-se, esta gente toda, deixou polígonos de construção maciça tudo de fora. Estão a ver? Tudo de fora. Tudo em reserva ecológica. Querem ver. Olhem ali um buraco extraordinário na reserva ecológica. Olhem ali. Tudo reserva ecológica, as casinhas todas na reserva ecológica. Será de algum amigo? Como é que isso acontece? Mais este, mais um, que não está, que contrariamente àquilo que acontece em Aguim – não sei se está aqui nesta zona – como é de alguns, e nem é de tantos, está sujeito a plano de pormenor. Ali, nem isso aconteceu. É claro. Tecnicamente, justificam mil e uma regra. Mas eu, com tanta investigação que hoje há neste País, e algumas de há quinze e vinte anos atrás, acho que não seria tarde ainda, começar este tipo de investigação. Isto, realmente, é muito grave. Reparem. A reserva ecológica. Vejam tudo por reserva ecológica. Curiosamente, vocês reparem nisto, isto que aqui vocês vedes, trata-se de um atentado à liberdade dos outros, dos instalados. Porque aqui não tem nada. Ainda se fossem ali para proteger aquela casinha e dessem os cinquenta metros? Mas não. Deram aquela profundidade toda. Que coerência técnica de quem fez este PDM? Que hoje diz que daqui a dois anos o faria. Pior que este, provavelmente. E tinha de vir para a Câmara para conhecer os interesses devidos da Câmara. Eu não vou continuar.-----
----- Mas é para responder ao Senhor João Morais, para lhe dizer uma coisa muito simples. Comissões, devia de ter havido no passado, porque actualmente não é preciso nenhuma comissão. Para já não a pode fazer. Terá de a solicitar, é no âmbito da Assembleia. Mas, eu mesmo, estou disponível para colaborar consigo e dar-lhe as informações necessárias para que efectivamente o próximo PDM não venha enfermar de tanta anomalia. Quero-lhe dizer, que nem cuidado houve. Mas, depois, isso numa próxima edição nós veremos. Nem o cuidado houve de fazer uma reserva ecológica, passado dois anos, para respeitar aquilo que a mesma equipa que fez a reserva ecológica decidiu dois anos antes. Que era, pelo menos, respeitar o perímetro urbano que eles próprios tinham seleccionado. Isto, na verdade, trata-se de um plano utópico, de um plano que efectivamente só cria problemas ao Presidente da Câmara, mas muito em especial, aos técnicos da Câmara. Porque eu tenho tido o cuidado de, em reserva ecológica, nunca nada licenciar. Lamento, porque às vezes são coisas tremendamente complicadas. Ali quando viam aquele milagre em Tamengos, eu digo sinceramente, isto basta para qualificar



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma equipa que faz um PDM e que a gente, desde noventa e quatro, estamos a ter que respeitar. Isto é meramente lamentável. E, ouça. Se há uma coisa, eu sou intocável, é porque eu respeito as decisões dos meus técnicos e só licencio aquilo que efectivamente eles dão o respectivo parecer.-----

----- Portanto, Senhor Morais, é para lhe dizer que estou disponível para si, com qualquer Deputado, para explicar as anomalias do anterior, que ainda está em vigor, PDM, e para colaborar convosco, até porque não, para me ajudar - porque não há trabalhos perfeitos -, alguma anomalia que efectivamente no próximo PDM venha a evitar-se. Penso que fez bem em falar nisso. Portanto, eu abstenho-me, porque seria fastidioso, começavam mesmo a pensar que a gente nem tinha nenhum PDM. Uma coisa cheia de tantas avarias. Quero-vos dizer que o nosso PDM tem cerca de seiscentas anormalidades. Portanto, só por isso, havia uma razão suficiente para o rever de imediato. Agora, se nós formos por outras regras, e nisso, o Governo tem culpa, mas o tempo dará com certeza razão ao concelho de Anadia, e aos Autarcas de Anadia, que, com boa fé, querem um bom PDM.-----

----- Quero também aqui esclarecer-lhe, que o PDM está concluído. Está entregue nas entidades, contrariamente ao que a gente vê aqui nos blogues. Coisas interessantes, que eu também leio. Sinceramente, eu às vezes, se não tenho nada que fazer, leio os jornais, leio os blogues, Faces Ocultas, Anadia Profunda, eu leio isso tudo. Se calhar até era porreiro, desculpem o termo, eu também arranjar um blogue. Mas, sinceramente, para quê? Vocês sabem mais que eu. Vozes - porque não se identificam, não estou a insultar ninguém - vozes de burro não chegam ao céu.-----

----- Sobre as unidades de saúde familiar, eu nem sei, sinceramente, se é bom, se é mau. A Doutora Ana também não e disse nada. Aquilo que ela me disse, foi muito simples: Senhor Presidente, não quer que você seja o último a saber, como se diz aí na gíria, que não queria que eu fosse o último a saber, estava mesmo a dizer, acontecesse o que acontecesse, o Senhor não é o último a saber, eu quero-lhe dizer em primeira mão. Vão acontecer duas unidades familiares em Anadia. Uma em Anadia, outra em Sangalhos. Perguntei-lhe, consulta aberta, minha Senhora? Consulta aberta, em princípio, como compreende, a abertura das unidades de saúde familiar, vão, naturalmente, chocar com a consulta aberta. Ou uma coisa ou outra. Portanto, consulta aberta, só haverá, e até quando também não vou garantir, a partir das oito à meia-noite. Eu, em conversa, estive agora há dias num programa de televisão, aquilo que se diz às vezes não é tudo, mas em conversa com o Secretário de Estado Pizarro, ele garantiu-me e também disse alguma coisa no próprio programa: não Senhor Presidente, é para manter e é para melhorar a consulta aberta. Ora bem, vamos a saber esperar. Porque, se realmente é para garantir e para melhorar, os serviços de saúde estão realmente a beneficiar a população de Anadia. Agora, vamos ver, porque se isso não acontecer, então estou absolutamente de acordo. São às Juntas de Freguesia, aos Deputados, à sociedade em geral, que se manifeste, que se defenda, pronto, que realmente consiga convencer as pessoas que isto não está para brincadeiras. Realmente, anular um serviço e criar outro menos eficaz, é evidente que é



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prejuízo para a população. Portanto, peço-lhe desculpa, mas tem de perguntar todos estes esclarecimentos. Quero-lhe dizer, também, que me dá ideia, se estou enganado também lhe peço desculpa, acho que o Senhor está muito melhor informado que eu. Talvez através do seu partido. E eu orgulho-me disso, de ter um Deputado nesta Assembleia que sabe mais, neste caso, que eu. Mas gostaria que aquilo que sabe, que fosse positivo para o meu concelho, está a perceber? Parece que não é.-----

----- Agora, reuniu comigo, como lhe disse, porque diz que eu era realmente a pessoa que ela gostaria de informar em primeira-mão. Quanto ao representante da Assembleia Municipal, não terá, por certo, reunido porque, se não, já teria informado esta Assembleia.-----

----- Portanto, eu penso que no fundo o que o Senhor quis dizer quanto, nós temos o próprio Engenheiro de vias fez um valor, eu posso-lhe disponibilizar isso. Tudo está feito em conformidade com aquilo que efectivamente foi definido na tal reunião de Câmara. E porque não, não tem problema, numa próxima reunião, podemos trazer isso à Assembleia Municipal e distribuí-lo pelos Senhores Deputados, não tenho nada a opor.”-----

----- Decorridos esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Lagoa, do Grupo Municipal do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Aguim, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Senhor Presidente, digníssima Mesa, digníssimo Executivo, colegas, digníssima comunicação social e assistência. Eu, se me permitem, só queria dar um toque no PDM, e muito embora esteja perfeitamente de acordo com o Senhor Presidente, em muitas coisas, principalmente nesses casos que foram apontados, com certeza que poderei ter alguns. Quero lembrar que foi o primeiro PDM. Acho que pouca gente tinha conhecimento do que era um PDM. De qualquer maneira, tenho que louvar esse PDM. Foi primeiro, foi aberto. Eu lembro-me que o gabinete funcionava onde é hoje o Millennium, estive sempre de portas abertas. Todos tinham acesso, incluindo os Presidentes de Junta. Eu estive algumas vezes lá. Os técnicos nunca se recusaram a ir a Aguim, foram lá algumas vezes. O caso daquela faixa de casas espalhadas ao longo da Estrada Nacional, que confunde, um pouco, entre a freguesia de Aguim e a freguesia de Tamengos, naquela bolsa que ali há de cem metros desanexada, que está, na minha opinião, muito errada, foi discutida na Comissão de Coordenação da Região Centro, onde eu estive em duas reuniões e que também nunca vi outro Presidente de Junta, mas eu estive lá. Levantei essa questão, e penso que era o coordenador, um Senhor Engenheiro, se não estou enganado, Engenheiro Faria, que achou que havia razão na minha intervenção e que falou para não se esquecerem de englobarem essa zona na parte urbana, porque se falou, e havia um parecer que aquilo era uma zona de índices freáticos, e eu levei uma mapa de linhas cota em que nós tínhamos zonas com três metros acima do nível da Estrada Nacional. E, se com três metros são zonas de índices freáticos, então, acho que Mogofores, Tamengos e tal, ninguém podia construir. Esta foi a razão que me levou lá duas vezes.-----

----- Sobre o PDM actual, naturalmente que a legislação, a alínea, salvo erro, a), b) e c) do



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Artigo 34.º, designa claramente que as Juntas são parte integrante, ou são parte, e gostaria de ver da parte da Câmara essa colaboração que as Juntas, penso, estiveram sempre abertas, e estão abertas, a ter também a colaboração com a Câmara, porque se não, poderá acontecer que na próxima revisão do PDM, venha outro Presidente queixar-se do actual, e os Presidentes de Junta virem acusar os actuais, que certamente nem tiveram conhecimento da situação e do desenrolar do actual PDM – eu pessoalmente não tive. E Vossa Excelência sabe, que eu inclusive pedi um documento com suporte papel para poder estudar com os meus membros e na minha Junta de Freguesia, ou na minha freguesia, nunca foi estudado a nível de freguesia, foi sempre extenso ao membros da Assembleia, todos, ali nunca tive distinções. E quando fui eleito como independente pelo PSD, estive com os membros do PS. Hoje como independente pelo PS, penso que terei a colaboração dos elementos eleitos pelo PSD. Em Aguim, eu tenho por missão isso. Eu defendo os interesses de Aguim, não estou a defender interesses partidários, porque partidos é em Lisboa. Aqui não. Aqui temos um Município, temos uma freguesia. E era isso que eu queria deixar ao Senhor Presidente. Não caia numa situação que os antecessores caíram. Porque pode acontecer. Não conhecendo tão bem o concelho, ou não conhecendo tão bem as freguesias como os Presidentes de Junta, e sendo claro que a lei exige que os Presidentes de Junta sejam ouvidos, de acordo com directrizes dadas pela Câmara, amanhã pode vir a ser condenado, exactamente como hoje estamos a condenar os anteriores. Era só o que eu queria dizer. O resto, estou de acordo com o Senhor. Obrigado.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-PP, que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Em primeiro lugar, gostaria de mencionar o facto, muito embora tenhamos chamado a atenção do actual Executivo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, acerca da necessidade de elaboração dos relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias, constantes no Estatuto do Direito de Oposição, que deveria ter sido elaborado até ao final do mês de Março, isso não foi feito. Efectivamente já foram debatidos aqui alguns pontos em que é necessário existir a participação de todos, principalmente aqueles que não têm assento no Executivo, respeitando a lei e a Constituição. Efectivamente, o Senhor Presidente da Câmara não está a cumprir, nem a lei nem a Constituição, nem a respeitar os Deputados desta Assembleia.”-----

----- Nos termos do Artigo da Lei vinte e quatro barra noventa e oito, de vinte e seis de Março, que o Senhor Presidente certamente conhece, do Estatuto do Direito de Oposição, o Artigo décimo, número um, menciona que as Autarquias Locais, através dos órgãos executivos da Câmara Municipal, têm que elaborar, até ao fim de Março do ano subsequente àquele a que se referem, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da presente lei. Aconselhava-o a ler, Senhor Presidente de Câmara, porque isto é muito importante para o Município e para as pessoas do Município.”-----

----- O segundo ponto, tem a ver com outro ponto que já temos falado várias vezes, que é a necessidade de constar do relatório da informação que o Senhor Presidente de Câmara tem que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prestar a esta casa.-----

----- Relativamente à questão da saúde no Município, queria fazer uma sugestão. Que achamos que era altura de começarmos a lutar por uma unidade de saúde familiar aberta vinte e quatro horas. Eu sei que é elevar um bocadinho a fasquia, mas já que perdemos uma urgência, ou a denominada antigamente urgência, é uma boa altura de lutarmos por ter uma unidade de saúde familiar aberta vinte e quatro horas. Eu deixava aqui esta sugestão, porque o concelho é grande, tem zonas muito longínquas, e é sempre um ponto de apoio para todos os munícipes que precisam, não por situação de urgência, mas por uma situação aguda de recorrer a um médico. Uma unidade de saúde familiar aberta vinte e quatro horas beneficiava muito e colmatava uma lacuna que existe nos cidadãos anadienses, que têm direito à saúde, a tempo e horas.-----

----- Um terceiro ponto, diz respeito à falta de resposta dos requerimentos apresentados. Efectivamente, o CDS-PP, o Grupo Municipal, apresentou uma série de requerimentos, relativamente à Curia Tecno Parque e à situação de abandono em que se encontrava. Um requerimento para prestação de informação acerca do estado e evolução da tramitação procedimental da revisão do Plano Director Municipal, não foi respondido, muito embora o Senhor Presidente venha para aqui com esse tipo de discurso. No entanto, não é capaz de cumprir aquilo que a lei diz e respeitar esta Assembleia, de vir informar acerca das questões que lhe são colocadas, relativamente ao PDM, em particular. Gostaria, também, de ter uma resposta relativamente ao Conselho Municipal de Juventude. Como é que está essa tramitação, os nossos jovens merecem. Relativamente ao requerimento que foi apresentado para consultar o projecto do Velódromo, e o procedimento de contratação, não houve qualquer resposta. Relativamente ao Pavilhão de Multiusos, e o procedimento de contratação, também não houve. E se relativamente a estes dois houve, está aqui o meu colega a dizê-lo, retiro, se já houve.”-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o Senhor Deputado, para dizer que lhe agradecia que tomasse em atenção que o seu tempo estava esgotado, pelo que, se fizesse o favor, tinha selado a sua informação, lamentando e recordando o Senhor Deputado que teria de começar a respeitar o tempo em que estava a falar.-----

----- Em resposta à pergunta entretanto formulado pelo Senhor Deputado, relativamente ao tempo de que dispunha para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Senhor Deputado que tinha sete minutos, precisamente os sete minutos em que tinha estado a falar.-----

----- Em contra resposta, o Senhor Deputado disse que não via em lado algum o tempo a contar, ao que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, prontamente, referiu que o Senhor Deputado, ainda há pouco, tinha feito uma intervenção a acusar a Assembleia, primeiro, e a dizer que a iria meter em Tribunal; segundo, a acusar o Senhor Presidente de que não sabia responder aos seus despachos. Como tal, pediu ao Senhor Deputado, também como advogado, para ler o Regimento, onde constava que as intervenções dos Senhores Deputados eram da responsabilidade de cada bancada. Assim, concluiu que à Mesa só competia dizer se o Senhor



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estava, ou não, a ultrapassar o tempo.-----

----- Uma vez mais, o Senhor Deputado, João Tiago Castelo Branco, tomou a palavra ara dizer o seguinte: "E eu queria terminar a minha intervenção, como as outras pessoas também tiveram direito e ultrapassaram os seus tempos. Aliás, até chamo a atenção do Senhor Presidente quanto a esse facto. E somos todos testemunhas disso."-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que o que tinha dito era que o Senhor Presidente da Câmara tinha ultrapassado o seu tempo e que estava a utilizar tempo cedido pelo Grupo Municipal do PSD, aliás, uma prerrogativa que constava do Regimento. Quanto ao Senhor Deputado, reforçou que o tempo de que dispunha já tinha sido esgotado, pelo que não poderia dar-lhe a oportunidade de terminar.-----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário de que tinham noventa minutos para o período de antes da ordem do dia, sendo que, no momento, já tinham decorrido cento e dez minutos. Como tal, e na sua qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, entendia que o ponto estava encerrado e, portanto, no seu entendimento, estava também encerrado o período de antes da ordem do dia. De seguida, deu entrada no período da ordem do dia, para o que solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que procedesse à introdução do seu primeiro ponto: "*Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)*".-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal efectuou a introdução que a seguir se passa a tentar transcrever na íntegra: "Senhor Presidente. É lei, é lei, não há dúvida nenhuma. Mas fico triste. Eu não me importo. Se eu excedo o meu tempo, eu calo-me. Não há problema nenhum, Senhor Presidente. Mas, eu pensava que estava dentro do meu tempo. De maneira que pelo desculpa e agradeço, realmente, ao PSD ter-me dado esse tempo. Agora, uma coisa é certa. Também gostava que as coisas pudessem ser discutidas, ou com menos palavras, ou com mais objectividade, para que todos respondessem. Mas, isso não é possível. Pronto, se não é possível, se o Regulamento não prevê, eu estou aqui para respeitar os Regulamentos.-----

----- Portanto, o primeiro ponto refere-se, exactamente, à actividade municipal. É evidente que a actividade municipal, nos primeiros meses do ano, houve muita coisa que a condicionou, o próprio orçamento, o tempo, etc.. Mas, mesmo assim, penso que têm aqui uma actividade, portanto, algo meritória, opinião minha, porque, apesar de tudo, está aqui elencada uma série de acções que efectivamente demonstram que a Câmara não está parada. Também esta dinâmica da Câmara, tem que se dizer, deve-se um pouco, ou muito principalmente, à acção desenvolvida nos seus mais diversos domínios, da educação, da saúde, da cultura, das obras públicas, e naturalmente, também, toda uma acção política que é preciso desenvolver junto das Juntas de Freguesia. Temos de estar com eles para desenvolver, naturalmente, estes projectos que também são deles e que naturalmente a Câmara tem de colaborar. E é por isso que aqui se enquadra, também, um pouco, aquilo que foi dito há bocadinho sobre máquinas. Se andamos a fazer uma obra, é verdade que é a Câmara que a está a fazer, numa freguesia vizinha, não



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

podemos ter outro tanto de máquinas para outra. Portanto, alguma compreensão tem de ser tida em conta pelos Senhores Presidentes de Junta.-----

----- Mas, como realmente este papel fala por si, acho que não estivemos parados. Eu, acho que o melhor, e porque está na mão de todos os Deputados o documento, é naturalmente, se assim o entender, claro, a ordem será sua, é pô-lo, naturalmente, à discussão. Por mim, estarei disponível para, pontualmente, dar as explicações que efectivamente deve dar. Quero, contudo, antes de acabar, que há coisas que não podem ficar por responder, aqueles requerimentos de que falou o Senhor Deputado do CDS, enfim, o Senhor Engenheiro Sidónio tenho a certeza que confirma isso, tem vindo a receber essa comunicação. Portanto, não tenho dúvidas que isso está a ser feito e penso que dentro dos prazos mínimos possíveis. Se houver algumas queixas, cá estaremos para as corrigir. Obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- Aproveitando a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os Senhores Deputados de que a Mesa dispunha de uma pasta com a documentação referente à Assembleia Municipal, na qual se encontravam respostas aos requerimentos apresentados pelo CDS-PP. Acrescentou, no entanto, que no momento, com a direcção da sessão em curso, seria difícil poder colmatar se estavam todos respondidos ou não, mas obviamente que iria tomar essa questão em atenção, até porque, como os Senhores Deputados sabiam, o envio dessa documentação ao Executivo Camarário, e à pessoa do Senhor Presidente, era feito por ele próprio. Portanto, as palavras do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco não afectavam apenas o Senhor Presidente da Câmara Municipal, afectavam, também, o trabalho e a prossecução desse trabalho do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

----- Entretanto, referiu, também, que agradecia aos Senhores Deputados o favor de, primeiro, sinalizarem a sua intenção de falar, e segundo, falarem apenas quando o Senhor Presidente da Assembleia lhes desse autorização. Para além de ser um princípio de boa educação, era, também, um princípio democrático do funcionamento da Assembleia.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia, restantes membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, colegas Deputados, comunicação social, público em geral, a todos muito boa tarde. Eu gostaria de intervir neste ponto porque vejo aqui no relatório da Câmara Municipal, relativamente às obras efectuadas por administração directa, que procedeu a arranjos de calcetamento de passeios em diversos locais do concelho, nomeadamente na Zona Industrial do Paraimo e junto do edifício da Estação da Curia. Eu percebo que este arranjo que foi feito junto à Estação da Curia devia ter sido pelo facto da inauguração da Rota da Bairrada. E, atendendo às visitas que estavam programadas, naturalmente o Senhor Presidente da Câmara deve ter dado alguma prioridade a este Largo, chamemos-lhe assim. Mas queria chamar a atenção do seguinte. É que, até concordo que os comboios parem na Curia. Já o



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fizeram durante o período de Verão. E só espero que esse desafio que foi feito ao Senhor Secretário de Estado tenha um bom eco. Agora, quero-lhe dizer, também, o seguinte: eu também espero que o Senhor Secretário de Estado não tenha ido pela Avenida, acima até à rotunda, porque corria seriamente o risco de fracturar algum pé, porque o estado em que se encontram aqueles passeios é deveras lastimável. E, portanto, o que eu solicitava ao Senhor Presidente, é que continuasse a obra que começou no Largo da Estação, e continuasse esse arranjo de passeios até lá acima à rotunda. Nós vamos entrar agora numa época termal. É uma Avenida extremamente bonita, na minha opinião, e para mim pelo menos é. Com certeza que as pessoas que vêm para as Termas, vão passear à noite, de dia, enfim, à hora que lhe apetecer, mas vão passear pela Avenida, e ela não reúne o mínimo de condições para que as pessoas possam passear.-----

----- Já agora, gostava, também, de alertar o seguinte: já há alguns dias, pelo menos, para não alongar mais no tempo, eu constatei que junto ao Vila Rosa, passeio praticamente não existe, é só terra batida, mas está lá um buraco, mas um grande buraco. E estou a falar de um buraco que tem para aí um metro de diâmetro, pelo menos, e talvez oitenta centímetros, ou um metro, de profundidade. Estamos a falar quase de uma cratera, se relacionarmos com um buraco de passeio. E, portanto, acho que mais grave ainda. É que o buraco pode acontecer em qualquer momento, agora, não estar sinalizado, é que de facto é grave. Qualquer pessoa que passe ali, mesmo de dia, indo distraído, mas já não falo de dia, à noite, cai mesmo dentro do buraco. E, portanto, acho que isto são aspectos que devem ser cuidados, não só quando as entidades oficiais nos visitam, mas devem ser cuidados no dia a dia, e eu chamo a atenção para isso. Muito obrigado.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-PP, que concluiu a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Senhor Presidente eu estou aqui de facto a utilizar a palavra para defender a minha honra porque não acho oportuno que o Senhor Presidente, que tem que ter um papel imparcial, ter uma atitude coerente, vir com esse tipo de discurso: o Senhor sabe que é advogado? Eu sei que sou advogado, e por isso é que falo, e também sou Deputado Municipal, por isso é que falo. Eu sei perfeitamente que o Senhor Presidente depois a seguir vai agir em conformidade. Tem que agir, ao abrigo do Regimento. Mas por isso é que eu mencionei esses pontos ao Senhor Presidente da Câmara. Eu não tenho que dizer o que é que o Senhor tem que fazer. Eu tenho que fazer o meu papel. E temos que ter cuidado com aquilo que dizemos, porque não temos que andar a enxovalhar as pessoas só porque ocupamos um lugar de poder, Senhor Presidente. Não tenho mais nada a dizer.”-----

----- Em resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Senhor Deputado que na próxima vez que o Senhor Deputado fizesse uma intervenção semelhante, não lhe daria a palavra, porquanto não tinha feito absolutamente nada, não defendeu a honra, nem referiu nada sobre o assunto que estava em discussão. E, podendo o Senhor Deputado, depois, chamar-lhe o que quisesse, concluiu que estavam entendidos quanto àquela questão.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-PP, que efectuou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Eu queria só dizer aqui ao Senhor Presidente, porque passo ali todos os dias ao fim do dia, tenho recebido algumas queixas ali dos comerciantes do Largo do Cruzeiro, e por aí fora, porque, segundo eles, e não sei se já fizeram chegar à Câmara, o que eu lhes disse é que deviam fazer chegar à Câmara, têm diminuído as vendas por causa da regulamentação do estacionamento que tem estado a ser feito. E claro que isto cria algum prejuízo indirecto para o comércio tradicional, com benefício para os grandes centros comerciais. Certo é que, aquele processo, também toda aquela zona, merece-me alguns comentários que eu queria que tomasse como crítica construtiva, não é, de modo nenhum, querer transformar isto numa crítica destrutiva. Que é o seguinte. Primeiro, continuam-se a não cumprir as normas de acessibilidades no processo. Quem quiser fazer o atravessamento de um lado para o outro, naquele chouriço que lá puseram, uma cadeira de rodas não consegue passar para fazer o atravessamento em dois tempos, ou uma pessoa de idade. Aquilo, no mínimo, tem de ter um metro e vinte para caber a cadeira de rodas, ou uma pessoa que vá com um andarilho, qualquer coisa, com maior dificuldade, e não dá, não tem largura regulamentar. E a lei existe.-----

----- Depois, naquela grande praça que foi feita em frente ao prédio do Faustino, também não cumpre as normas, quer de acessibilidades, porque não está garantida a legibilidade do espaço, portanto, uma pessoa cega não consegue circular, não tem referências para circular, e a lei refere como é que deve ser feito. Para além de que, eu acho ter havido ali uma falha técnica, mas que é corrigível. Foi o facto de fazerem aquilo tudo numa betonagem quase contínua, embora espaçada no tempo, mas sem juntas de dilatação. Portanto, aquilo a curto prazo, de certeza que vai haver problemas, porque é uma área muito grande, é como se diz, uma eira muito grande, vai ter muita dilatação, portanto, aquilo vai fendilhar, de certeza, e o mosaico vai saltar.-----

----- Depois, parece-me, e isto é uma opinião, não fiz contagem nenhuma assertiva, espero que a Câmara tenha feito, que o sentido da rua Seabra de Castro parece-me que está invertido. Primeiro, enquanto a escola funcionar, seria mais lógico que o estacionamento fosse do lado da escola porque evitava o atravessamento dos miúdos quando os carros param. Mas a escola é para mudar, podem-me dizer isso. Bom, mas quando ela mudar o estacionamento estava lá na mesma. É que parece que estamos a fazer o estacionamento para as lojas e não para servir as pessoas mais interessadas. Depois, aquele sentido de trânsito está a enfiar os carros todos aqui em frente à Câmara. Se houver um acidente, se houver um entupimento aqui qualquer, uma avaria de um carro ou qualquer coisa, quem vem do pinheiro não tem outra saída, vai ficar aqui preso na Praça. Já me aconteceu, de manhã sair, há um autocarro que pára, mais ninguém passa. Portanto, parece-me que a lógica ali seria inverter o sentido da Seabra de Castro. Mas, de certeza, ou se não fizeram, espero que tenham feito contagens e que tenham verificado qual era a melhor solução.-----

----- Já agora, só para concluir, aparece aqui, e continua a aparecer, aliás, estava previsto no



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Plano, a adjudicação de diversos materiais para executar obras, continuamos sem ter informação de se a Câmara já está a aplicar a contabilidade de custos ou não, sob pena de estarmos, aliás uma situação que eu já levantei cá mais que uma vez e que o Senhor Presidente não concorda, mas que a lei obriga e, como tal, a Assembleia tem direito de o exigir, para percebermos se as empreitadas feitas por administração directa ficam, ou não, mais baratas que as empreitadas entregues a uma empresa, que também geram emprego. É natural que se consiga justificar que ficam mais baratas, não é difícil. Mas, se a contabilidade de custos existe, ela deve ser implementada. Muito obrigado.”-----

----- Continuando o período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do PSD, que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Novamente, muito boa tarde a todos. A minha intervenção vem neste sentido, relativamente a este ponto um da ordem de trabalhos. Naturalmente que estamos aqui há pouco tempo, mas procuramos ir apressadamente integrarmos no que é normal na Assembleia Municipal. E, começamos a juntar papéis e detectamos, às vezes, coisas que, enfim, que normalmente não detectávamos. Apenso a este documento das obras, vem, também, uma relação de processos judiciais pendentes. Claro que nós até nem gostamos muito de jogar com a parte judicial, ficamos até atrapalhados, gostaríamos que não houvesse aqui nada, mas, depois todo o trabalho que uma Câmara desenvolve, será normal que aconteçam pequenos litígios, ou grandes litígios. O que detectámos, foi que desapareceu daqui, sem que tivéssemos sido informados do caminho que terá seguido, um processo que aparecia anteriormente com o Senhor Engenheiro Melchior Barata. Portanto, o que eu pretendia, era que a Câmara nos informasse, ou que o Senhor Presidente nos informasse, o que é que se passou com este processo que deixou de aparecer como pendente. E era só a pergunta que eu queria fazer. Muito obrigado.”-----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Senhor Presidente. Eu, na última Assembleia, interroguei aqui o Senhor Presidente sobre aquela lagoa que está a sul da Zona Industrial do Paraimo, a caminho da central eléctrica. Pedi-lhe, na altura, que a mesma podia vir a criar algum perigo para as crianças que por ali passassem de bicicleta ou a brincar. Como estamos a meio da Primavera, e com a possibilidade de subida das temperaturas, poderá acontecer uma infelicidade, como infelizmente aconteceu esta semana em Sintra. E eu propunha ao Senhor Presidente, uma vez que a sul existe lá muito entulho, que esse entulho fosse ali, então, para aquela lagoa e que alagássemos aquilo totalmente para que não possamos ser amanhã, aparecer uma situação trágica e que nos entristece a todos, e que eu não tenha chamado a atenção do Senhor Presidente.”-----

----- Também gostaria de dizer aqui, uma vez que os passeios ali na Curia, como diz o nosso Engenheiro Marinha, foram só feitos porque era a inauguração da Rota da Bairrada, eu gostaria, também, de dar os meus parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pelo trabalho realizado



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pela obra. Vem tarde, como digo, mas é sempre útil ao concelho e ao sector económico. Mas, também, quanto à paragem dos comboios, quero-lhe dizer para sempre ao Senhor Presidente, eles não voltam a parar na Curia. O que encerra, encerrou. Com estes Governos, não reabrem. Isto é história recente. Mas se o Senhor Presidente conseguir esse esforço, o Senhor Presidente tem um prémio meu. Fica aqui transcrito já nesta Assembleia. Pago-lhe uma viagem para ir visitar o Alberto João, está bem, de avião. Não é de barco, é de avião que é para não poder demorar muito tempo. Fica aqui a promessa feita. Será cumprida se o Senhor conseguir esse objectivo.-----

----- Também gostaria de chamar uma vez mais a atenção, porque a população de São João de Azenha e Póvoa do Salgueiro e Videeiro pressionam, no seguinte: o saneamento continua a não se, e as pessoas já estão a ficar saturadas, perguntam quando é que podem pedir para fazer a ligação.-----

----- Também, quanto ao ambiente, e na recolha dos lixos, eu tenho a dar os parabéns à Autarquia, porque costuma-se dizer, água mole em pedra dura, tanto abate até que fura. Até que enfim que veio o camião para lavar os contentores do lixo. Só que quero chamar aqui a atenção do Senhor Presidente, e ali do Presidente dos Serviços Municipalizados, Senhor Engenheiro Jorge Sampaio, que puxe as orelhas aos funcionários, que eles têm que lavar todos os contentores. Infelizmente, isso não acontece. Lavam uns, lavam outros, é para com certeza não perder tempo na rota do horário. Não sei se são cronometrados, ou não, mas que a lavagem seja feita a todos, porque, se não, é uma chatice, não vale a pena andar o camião a gastar gasóleo.-----

----- Também, na organização do lixo, algo melhorou na Autarquia. Mas também queria fazer aqui um desafio à Senhora Vereadora. A Câmara tem apoio ao rendimento mínimo social, ou tem alguns candidatos a pedir apoio social à Câmara, não tem? E alguns deles são muito jovens. Que seja um dia por semana elaborado trabalho a esses jovens que têm capacidades físicas e mentais, dar-lhes um diazinho de trabalho, se não for inteiro, uma manhã, para eles irem-se habituando ao trabalho e não criarem maus vícios. Porque, se não, o Senhor Presidente tem que lhe dizer a eles, meu amigo, não há nada. Isto não pode ser só dar mel, é preciso também chamá-los ao trabalho.-----

----- E agora aqui no apoio social. Infelizmente esta semana passada fomos confrontados com uma notícia na comunicação social, de uma instituição em que a Câmara tem dado muito apoio social, e fiquei relativamente triste porque aquilo lá aconteceu. Eu pergunto, a assistente social da Câmara acompanha o trabalho desenvolvido na APPACDM e a forma como é dirigido lá o trabalho? É que eu tenho conhecimento de algo que está a acontecer muito grave. Portanto, não me queria ultrapassar à Câmara. E se o Senhor Presidente, se tem ou não algum responsável para que possamos, numa próxima Assembleia, sermos aqui esclarecidos, porque a Câmara dá realmente bastante apoio e deve continuar a dar apoio, desde que esse trabalho seja bem desenvolvido. É tudo."-----

----- Para dar resposta e prestar os devidos esclarecimentos às anteriores intervenções, o



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que passou a esclarecer o que se tenta transcrever na íntegra: "Vou começar por responder ao Engenheiro Rui Marinha, para lhe dizer exactamente o seguinte: estamos a preparar, e já é do seu conhecimento, porque ainda estava cá na Câmara, a regeneração urbana da Curia, onde estão implícitas, naturalmente, as vias, os passeios, a electricidade, enfim, as infra-estruturas que estejam eventualmente danificadas. Portanto, não podemos acabar na Estação da Curia e começar lá. É um desperdício, porque estamos convencidos, e até porque está na nossa cota, só com grande azar dos fundos comunitários é que não vamos ter meios para arranjar essa parte, que concordo inteiramente consigo, é bonita, mas que está algo descaracterizada. Aquelas árvores enormes que vão crescendo, de forma livre, e, portanto, criam ali à calçada grandes problemas, e até à estrada, para já não falar aos vizinhos. Mas, como aquilo está tudo a pousio, também não são os vizinhos, não se têm queixado até aqui.-----
----- Agora, quanto ao buraco. Eu também já vi lá o buraco. O buraco, não fomos nós que o fizemos, foi uma empresa. E, talvez da nossa parte, e aí temos que nos penalizar, devíamos ter informado a empresa que devia tapar. Não o fizemos, mas prometo-lhe que para a semana vai ser tapado. Acho que fez bem em chamar a atenção, porque eu tenho conhecimento disso, sempre na expectativa, porque sei que não é da nossa responsabilidade, mas é da nossa responsabilidade aquilo que vier lá a acontecer, como é lógico.-----
----- Depois, o problema que falou realmente o Doutor Tiago Castelo Branco, mas não falou para a Câmara, falou para o Presidente da Assembleia, pelo que dispenso qualquer comentário.-
----- Ao Engenheiro Sidónio e Deputado desta Assembleia, quero-lhe dizer que tomei nota das recomendações. O Senhor, como técnico, tem de estar atento a isso e não lhe fica naturalmente mal essas observações. E, portanto, eu a única coisa que vou dizer, é que vou ter realmente em consideração essas observações. Quanto à contabilidade de custos, como sabe, é uma coisa que não se implementa de um momento para o outro. Vamos começar a implementá-la, já foi para isso a nossa Revisora de Contas, foi-lhe, passo o termo, encomendada essa missão, e, portanto, vamos iniciar. Tem de começar por um armazém a funcionar como deve ser, todas essas coisas inerentes a uma contabilidade de custos que, em jeito de comentário, é o grande problema das Câmaras Municipais, não são empresas privadas. A sustentabilidade, todas essas coisas bonitas que estes tecnocratas que estão em todos os Governos, sejam os do PS, do PSD, realmente apontam, depois na prática é uma chatice, aquilo nunca dá. Mas, pronto, estou farto de dizer isso e a prática diz-nos exactamente isso. Agora, posso-lhe garantir. E o Senhor no passado - eu não o critico só por criticar -, vi-o em cima de algumas máquinas, é porque entendia, o Senhor não era, de certeza, inconsciente ao ponto de andar a fazer uma coisa que desse prejuízo à Câmara, vi-o a colaborar, de forma intensiva, na administração directa. Se a administração directa for acompanhada convenientemente, eu não tenho dúvidas que fica mais barato. E se não ficar mais barato, eu levanto aqui uma questão: que farão toda essa gente que tenho aqui? Mando-os para o desemprego? Mando-os para casa, com subsídios adequados? Como é que eu faço? Há coisas que não se mudam só pela vontade de mudar. Há muita coisa,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas que não me falta vontade para isso, não falta. Tenho cinco pessoas nomeadas para a formação da contabilidade de custos, já está acordado, e tudo, a data em que vão fazer essa formação. Portanto, penso que as pessoas acreditam na boa fé da Câmara e, naturalmente, do Presidente da Câmara.-----

----- Ao Senhor Dino Rasga, eu normalmente não ligo muito a essa folha. É a folha dos processos judiciais pendentes, não ligo muito a isso. Mas, ela não está, tenho de lhe dar uma explicação. É que você sabe que nós temos aqui inúmeras, digamos, questões no Tribunal, em especial com o nosso aliado em termos de relações jurídicas, que é a QUERCUS. Temos cá muito, mas de vez em quando também temos outros privados. E, neste caso, o Senhor Melchior Barata intentou uma acção contra a Câmara Municipal, em que exigia à Câmara Municipal uma indemnização de seis ou sete milhões de euros por um terreno que lhe comprámos, a bom preço, no sítio ao dobro ou triplo dos valores, mas foi aquilo que se avaliou e, portanto, tive de seguir as regras. Ainda foi no tempo ali do Rui que se comprou alguns. A verdade é esta, eles entenderam levar a Câmara para Tribunal, dizendo que nós tínhamos desviado, comprámos aquilo para determinado fim e que desviámos o fim. Avançaram com isso, e numa primeira decisão, o Tribunal de Anadia... Eu aproveitava para falar para a comunicação social, que é pródiga e é célere em comunicar as acções, só o meter da acção. A Câmara entrar em Tribunal, já os jornais fazem uma parangona extraordinária, porque o Presidente da Câmara foi para Tribunal. Eles estão ao serviço da comunidade e, portanto, fica-lhe bem, não é? Mas, a Câmara também é comunidade. Portanto, não vi, até ao momento, que aparecesse uma coisa: Tribunal condenou a herança não sei quê, que é o que diz aqui, herança líquida e indivisa aberta por óbito de Afonso Maria Barata Tovar Melchior e tal. Ora bem, aqui até tem os nomes, é público, e não apareceu na comunicação social. É que estes Senhores perderam em Anadia, no Tribunal, foi-me bem explicado aqui pelo Senhor Vereador, que tive dúvidas, fiquei assim um bocadinho atrapalhado, quando vi os números. E fui ter com ele, ele é um jurista e é uma pessoa independentemente da política, que me dou bem com ele, e disse, o que é isto? É que aparecia aqui uma condenação, e eu não sabia explicar bem isso. A Câmara teve de pagar, ou vai pagar, não sei se já pagou, quatrocentos e trinta e dois euros de custas. Mas como vinha uma folha anexa, e que e só depois é que fui ler, de oitenta e nove mil, novecentos e treze, vírgula noventa e seis euros de custas. Eu pus a mão à cabeça, será que a Câmara tem de pagar isto? Ele lá me explicou, não, quem paga é quem perde e, portanto, você esteja tranquilo. Fiquei tranquilo. Você fale ao seu advogado. Telefonei, de imediato, ao advogado que tem este coiso na Câmara, e disse, não, não, não tem que se preocupar, quem paga são eles. Ora, isto para dizer o quê? Foram condenados. Passou-se já toda a tramitação, o tal trânsito em julgado, portanto, foram efectivamente condenados, em recurso, é certo, mas foram condenados. A Câmara teve razão, naquela célebre história dos buracos e tal. Que ainda não acabou. Enquanto houver QUERCUS, provavelmente, haverá sempre litígios. Não sei a quem servem, mas, olhe, à Câmara de Anadia, e ao povo de Anadia, é que não servem. Até porque as testemunhas dos processos são quase sempre as mesmas, ainda que algumas se recusem a sê-lo, mas eles



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

teimosamente voltam a pôr lá. É o problema deles. Portanto, quer a explicação por que é que não está, está resolvido. Assim estivessem os outros. Penso que respondi à sua pergunta.-----

----- Senhor João Morais. Eu fui lá ver o problema da Lagoa, não me pareceu perigoso, mas pode, às vezes diz-se que morre mais gente na cama do que fora dela e, portanto, tem lá esse problema. Tentei verificar se aquilo é zona de REN, ou qualquer coisa, e eu, gato escaldado de água fria tem medo, se for REN, não mexo lá. Terei de ir, naturalmente, demarcar, criar algum coiso, mas vou fazê-lo, também, na próxima semana.-----

----- Você pôs aqui uma série de problemas, que disse claramente que se arranjou aquilo na Curia, porque quis dizer, se não o disse quis dizer, que havia festa e que me dava os parabéns, mas era bom continuar. Já expliquei que o problema da regeneração urbana pressupõe, à partida, que a Curia fique bonita porque tem verbas comunitárias, à partida indicadas, ainda não atribuídas, mas indicadas para lá.-----

----- Quero-lhe dizer que o problema da Póvoa do Salgueiro, e outros, está realmente ligado com um problema das estações elevatórias, e problema esse, que tem de ser resolvido pela EDP, falta de corrente e outras coisas. Ainda não foi possível, mas penso que já está tudo resolvido e que brevemente será ligado.-----

----- A lavagem dos contentores. Falou ali no Vereador, mas ele nem é Presidente dos Serviços. Quem é o Presidente dos Serviços sou eu, mas não tenho vencimento. A responsável pelo ambiente, agora, é a Doutora Rosa. Contacte com ela, agradeço, qualquer coisa, tudo bem.-----

----- Aquilo que me falou de todos esses problemas que nós temos, sobre o problema do apoio social que estamos a dar, e fala nos dias de trabalho, há qualquer coisa que eu penso que o Governo está finalmente a tentar regulamentar. Quando isso for lei, não fugimos, faremos isso.-----

----- Quanto à APPACDM. São tuteladas, na área da Segurança Social, e portanto, a Câmara de Anadia não se intromete nestas situações. As notícias que têm vindo nos jornais, como sabe, não têm sido nada agradáveis, mas, naturalmente, que será o Ministério Público a avaliar e a julgar essas situações. Portanto, não quero falar sobre isso, primeiro, porque não tenho conhecimento suficiente para falar algo sobre isso, e em segundo, porque não é minimamente tutelado pela Câmara Municipal de Anadia. Penso que, basicamente, terei respondido. Se algo falhou, estou disponível.”-----

----- Decorridos os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-PP, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Era só para lembrar o Senhor Presidente, que várias vezes temos mencionado para a necessidade de constar deste relatório, desta informação, os resultados nas associações, nas federações de municípios, nas empresas, cooperativas, fundações ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado, como é o caso da WRC, e também deve constar a obrigatoriedade das reclamações e recursos hierárquicos e o estado actualizado dos mesmos. Coisa que não em acontecido, Senhor Presidente. Eu perguntava-lhe por quê? Qual é o motivo de não vir



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mencionado na informação? Muito obrigado.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, para concretizar uma segunda intervenção, a qual se passa a tentar transcrever na íntegra: “Senhor Presidente, não é uma segunda intervenção, mas é um direito de resposta. De qualquer modo, é só para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que não me vai dizer que aqueles passeios se vão manter assim até que a regeneração urbana venha à Curia. Porque, é assim, então vamos estar à espera mais dois, três, quatro anos, não sei quando. Aquilo não está minimamente em condições das pessoas circularem. Portanto, eu acho que o Senhor Presidente deve tomar providências no sentido de arranjar uma solução, ainda que seja provisória. Mas, é necessário, é fundamental que se faça ali uma intervenção porque aquilo está impraticável. E o Senhor Presidente, permita-me que lhe diga, e aconselho-o a dar uma voltinha pela Curia, não vá de noite, vá de dia, que é melhor. Muito obrigado.”-----

----- Para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “É só para informar a Câmara, e em especial ali a Senhora Vereadora Rosa, do ambiente, que era para ter informado na minha intervenção atrás, mas passou-me, em Avelãs de Caminho, junto à antiga cabine, existe um poço, poço esse que está semi-destruído, onde é local de recolha de lixo. E eu voltei a passar lá esta semana, porque tinha dito a uma pessoa para dizer ao Presidente da Junta de Avelãs de Caminho, mas não sei se o informou ou não, para tomar essa precaução, e neste momento estão lá a pôr resíduos de jardim. E, encontra-se um bar ali próximo, qualquer pessoa pode ir ali à noite para estacionar o carro, ou uma motorizada, ou até ir a pé, e cair dentro do poço. Portanto, peço à Senhora Vereadora que faça cumprir a lei de levantamento dos poços. É só.”-----

----- Para responder às intervenções efectuadas e encerrar o ponto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que deu a resposta que se tenta transcrever na íntegra: “Muito rápido, para dizer ao Senhor Rui Marinha que correcções pontuais, com certeza que temos de fazer, sob pena de aquilo ficar mesmo intransitável. Vamos fazê-lo.”-----

----- Quanto ao Senhor João Morais, o poço cheio de lixo. Quero-lhe recomendar uma coisa, não faça essa recomendação à minha Vereadora, nem a mim próprio. Trata-se de locais privados e temos uma polícia do ambiente bastante activa no nosso concelho. Portanto, essas coisas têm de ser comunicadas às autoridades competentes. Trata-se de um poço do direito privado. Não tenho dúvidas nenhuma, conheço. Fizemos as recomendações. Nós não podemos agir em conformidade com aquilo que a lei diz, são as autoridades, e as autoridades têm disso conhecimento. E, portanto, se não actuam, é porque ainda entenderam não fazê-lo.”-----

----- Reclamações, requerimentos, Senhor Deputado, temos respondido sempre. Recursos hierárquicos, eu não tenho conhecimento de nenhum. Logo que isso aconteça, esteja tranquilo que nós responderemos.”-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para acrescentar algo na sequência da resposta dada pelo Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, que disse o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Senhor Presidente. Efectivamente, se não há reclamações nem recursos hierárquicos, nos termos da lei, faça essa menção, que não existem. Mas existe a WRC e outras associações."-----

----- Subsequentemente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que deu a seguinte resposta e que se tenta transcrever na íntegra: "Isso é outra coisa. Quando é altura das contas dessas instituições, que têm exactamente revisores de contas, tudo isso, têm de ser... E, como disse, temos dado resposta sempre que solicitado. Inclusivamente, o seu Grupo tem pedido, nós estamos aqui disponíveis, não estamos aqui a sonegar qualquer tipo de informação, dessas associações, ou instituições, ou empresas onde participamos. Daremos sempre conta disso."-----

----- Não tendo havido mais pedidos de intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado e passou a apresentar o ponto dois da mesma, "*Apresentação, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e nove, bem como apreciação do respectivo Inventário do Património, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA*". Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto, o que fez da forma que se tenta transcrever na íntegra: "Bem, eu vou ser breve porque, como compreendem, basta olhar para o documento. Isto, só explicá-lo é um autêntico absurdo, mas é assim. Teremos de arranjar, com a tecnologia que hoje dispomos, nós e vocês, teremos de arranjar outra forma de chegar até aos Excelentíssimos Deputados, Vereadores - Vereadores até já temos isso, não é -, para que efectivamente possamos, de uma forma mais prática, mais rápida, fazer a consulta. Portanto, falar deste livro, falar de uma folha, falar de outra ou não falar daquela, é difícil e até não conseguia, eu, de certo, a ligação."-----

----- Mas tenho uma análise política, que aliás no fundo é o papel principal desta Assembleia, já o foi na Câmara, deste documento. Este documento, num ano de crise, espelha que a Câmara, que foi um ano de crise, toda a gente o reconhece, esteve atenta ao desenvolvimento do seu território. Construíram-se inúmeras infra-estruturas, umas acabaram-se, outras estão em vias disso. Portanto, este documento, que são as contas, versam essencialmente da forma financeira como toda a actividade da Câmara foi conjugada em função do próprio desenvolvimento da sua actividade em termos, naturalmente, de obras. E isso, aqui, tem inúmeros gráficos e que são contestados, naturalmente, com outro tipo de opinião. O que é legítimo. Nós pensamos que gerindo assim estávamos a fazê-lo para bem do Município, outros dirão o contrário. São argumentos, uns e outros válidos, mas como compreendem, compete, naturalmente, ao Executivo em acção a execução do orçamentos e, naturalmente, finalizar com uma apresentação de contas que, afinal, nós pretendemos que seja o mais fidedigna possível. Lendo as actas, e eu só fundamento exactamente nas actas, que os Vereadores do PS, que são os que



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estão presentes na Câmara, no que transmitiram para as actas, que, e é legítimo, não era esta as contas que eles gostavam de aprovar. Por isso, não as aprovam. Mas também é compreensível por parte de quem tem a responsabilidade da actividade directa com as obras do Executivo, também tem que ter em atenção que, por vezes, quem está do outro lado, embora na mesma barricada, mas do outro lado, a verdade é que não consegue ver que às vezes é o único caminho possível para se gastar o dinheiro municipal.-----

----- Nós não gastamos o dinheiro do Município onde queremos. Basta olhar para os Fundos Comunitários, que até na própria contratualização, que são dinheiros que por força da lei comunitária, são da responsabilidade, os seus gastos, do Município, a verdade é que nem esses são exactamente à maneira, por sua livre escolha. Nós hoje fazemos parte de uma comunidade intermunicipal que define aquilo que nós em conjunto temos de gastar, quando efectivamente no passado estas verbas vinham afectas directamente às Câmaras Municipais, que as afectavam directamente ao seu orçamento, criando rubricas que eles desenvolviam e, no fundo, efectuavam livremente. Não é assim, o que levou, naturalmente, e é bom que se diga isto, toda esta burocracia no País do simplex, leva-me a questionar, todos os dias, muitas vezes por dia, como é possível criar um simplex num complex? É completamente impossível.-----

----- Reparem que eu vinha dizendo às entidades responsáveis pela gestão dos fundos comunitários, que as leis que estavam, digamos, a envolver os fundos comunitários, deviam ser, naturalmente, o seu garrote. E assim foi. Pelo menos na Zona Centro, repare-se que temos pouco mais de cinco por cento de execução, e já lá vão quase três anos. Num momento de crise, em que milhões de contos podiam vir para os Municípios, fariam o seu efeito benéfico em termos de finanças públicas e, naturalmente, familiares. É claro que são opiniões. Os gráficos que aqui temos, aliás, que ajuda, e de que maneira, e elimina por certo a leitura de muito do que está aqui, são claros, não enganam, são números que os serviços conseguiram, não são os do Presidente da Câmara. Não vamos aqui dizer que temos muita ou pouca execução, que temos um saldo negativo ou temos um saldo positivo. Isso está aí, à vossa vista. Há que dizer é algo sobre isso, e isso, com certeza, se o Senhor Presidente assim o entender, deve ser, naturalmente, os Senhores Deputados a terem a palavra. Muito obrigado, Senhor Presidente."--

----- No período de discussão do ponto dois da ordem do dia, e depois da introdução feita sobre o mesmo pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Mais uma vez nos encontramos perante a prestação de contas do exercício, e temos que reconhecer que vamos repetir alguns dos nossos comentários já feitos em anos anteriores. Neste exercício, não há dúvida que ele ficou marcado, por parte da Câmara, numa grande concentração no Velódromo. Parece que o Presidente da Câmara, enfim, passo o exagero, esteve a trabalhar todo o ano para o Velódromo, que ocupa à volta de cinquenta por cento do total das despesas do exercício. Para o Velódromo canalizou todos os recursos próprios. Enfim, calhou bem. Era ano eleitoral, deu oportunidade de visitas de Estado, a festas e comemorações.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Nós não estamos contra a obra do Velódromo e esperamos que seja importante para o desporto nacional e, também, para o nosso concelho. Inclusivamente, da nossa bancada felicitámo-lo por uma medalha e por uma honra que recebeu. Agora, o que nós criticamos, é que com esta concentração toda da Câmara, ou quase toda, numa determinada obra, deixou a descoberto, deixou descuradas áreas importantes onde há carências graves do nosso concelho. Infelizmente, o mesmo tem acontecido em anos anteriores. Áreas que são importantes para toda a população, áreas que têm que ver com a qualidade de vida, desde logo o saneamento. Sempre que os Presidentes de Junta de Freguesia falam das suas freguesias, eles apontam a questão do saneamento como uma das mais graves. A área de protecção do meio ambiente, do abastecimento de água, foram áreas descuradas, assim como outra área importante para a qual nós temos chamado a atenção tantas vezes, tão importante para o desenvolvimento económico do concelho, que é a área das zonas industriais, também uma área descurada. Portanto, é isso que nós criticamos.-----

----- Também nos deixa um pouco intrigados uma evolução negativa nas contas, portanto, com as receitas sempre a descer, e as despesas sempre a crescer, que é um declive que já vem de há três anos a esta parte. Não queremos estar aqui a ficar excessivamente alarmados. De qualquer maneira, é um reparo que fazemos. Esperamos que esta evolução não chegue a níveis graves. Neste momento não está posta em causa a capacidade de endividamento da Câmara. De qualquer maneira, fica, para já, este alerta.-----

----- E, depois, tal e qual como em anos anteriores, nós reparamos que as taxas de execução têm sido muito baixas, e o mesmo se tem repetido nos anos anteriores. Trinta e três por cento de realização das receitas de capital, por exemplo. Quarenta e nove por cento na execução das despesas de capital, nas despesas de investimento. Parece que é uma fatalidade desta Câmara, taxas de execução dos orçamentos tão baixas. O que é que está a falhar? Não se sabe fazer orçamentos? Ou não se sabe executar aquilo que se programou? Qual é a vossa resposta?-----

----- Em conclusão, nós não podemos voar a favor, e, portanto, votamos contra. Achamos, como os nossos Vereadores apontaram, que é uma gestão desequilibrada, basta olhar o gráfico da página vinte e seis, e a gente vê que as funções sociais estão praticamente reduzidas ao desporto, ao Velódromo, e as funções económicas estão reduzidas aos transportes. Ora, nós não podemos assistir, sem uma censura, portanto, sem o nosso voto contra, a esta gestão desequilibrada, que não cuida da qualidade de vida de todos os cidadãos e que não cuida dessa área tão importante das zonas industriais, deixando que o nosso concelho continue sempre a atrasar-se em relação aos concelhos vizinhos. Muito obrigado."-----

----- Para responder à intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que concluiu o que se tenta transcrever na íntegra: "Senhor Doutor Cardoso Leal. O tom sempre afável com que costuma apresentar estas coisas leva-me, também, a ter em conta que temos de ser assim, na política, não podemos criar inimigos. Inimigos, em termos pessoais, porque em termos políticos, então isso é que é impensável. Mas quero-lhe dizer que você aponta aqui os pontos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

objectivos que levaram a este tipo de gestão em termos de contabilidade. É assim. Os números é que falam, e o Senhor fala com os números. Mas, quero-lhe explicar, Câmara Municipal de Anadia não é só o Velódromo, longe disso. E quando fala, eu vou aqui intercalar, porque a minha sequência, em termos de pensamento, não é necessariamente, quando fala, naturalmente, que o défice, digamos, o problema, a contabilidade, o saldo final das contas que não põe em risco nada, nomeadamente o endividamento desta Câmara. Eu quero-lhe dizer, talvez as Câmaras vizinhas aqui não possam falar desta forma tão objectiva, até de uma forma tão contundente, é que a nossa capacidade de endividamento, neste momento, é total. O Senhor sabe disso, está cá. Portanto, a Câmara pode-se dar ao luxo de até inventar obras para entronizar um Presidente de Junta, um Presidente de Câmara, porque infelizmente neste País, muitas obras fazem-se muitas vezes para dizer que este é o máximo, este é o melhor do mundo, grande Presidente. A Câmara de Anadia não se gere com estas paixões, gere-se com números, e é por isso que estas contas, quanto possível, espelham, exactamente, a nossa governação. E queremos ser responsáveis por isso. E, se não, repare. Eu vou ser rápido. Falamos do Velódromo. Aqui é que é importante. Como é que o Senhor queria que eu tivesse saldo, se vinte por cento da obra é da responsabilidade do Poder Central e ele ainda não me pagou um tostão? Tinha um acordo comigo para pagar até ao fim de dois mil e nove. Renovou o acordo para pagar em dois mil e dez. Não sei se é no princípio, se é no fim. Ainda hoje a mora todo. São vinte por cento da obra, e vinte por cento daquela obra, mesmo a preços baratuchos, doze milhões e meio de euros, sabem quanto é que corresponde vinte por cento de doze milhões e meio de euros. Esse dinheiro mora lá. Perde-o? Não perde, não, que o Governo teve o cuidado, e aqui tenho que ser honesto com quem trata as coisas da maneira como o Governo tratou, tenho documento devidamente homologado, onde há esse compromisso. O Governo não vai falhar. Mas, se entenderem isto, o Governo tem dificuldades, nós ouvimos isso nos jornais, nas televisões, todos os dias, portanto, não estou aqui a defender o Governo. Estou aqui a dizer que se constata isso, infelizmente em muitos outros Países, ou pelo menos em alguns. E, portanto, não temos o direito, se vamos continuar a ser realmente despesistas, estamos em contradição com aquilo que se pede no dia a dia e as próprias entidades internacionais ao Governo. O Governo vai deixando para trás TGV, pelo menos vai adiando. Naturalmente que, se calhar aqui, muitas obras, se a gente nadasse, desculpem o termo, nadar em dinheiro, tê-las-íamos começado. Mas, imaginem que nós começávamos essas obras e os fundos comunitários não caíam? O Governo decretou que a partir de agora as dívidas a empreiteiros e outros fornecedores de serviços, iam ser taxados com juro. Estão a ver. A Grécia não sai daquela. Os juros seis por cento, sete por cento. E nós, qualquer dia, se não tivermos cuidado, estamos na mesma. Eu não quero contribuir para essa situação. Eu quero ter a gestão de uma casa que continua a fazer obras. Vamos fazer a regeneração urbana da Curia. Vamos, para a semana ou para a outra, iniciar aqui as obras. Nós não estamos parados. Agora, não estamos é em tempo de euforia. Vamos a ter cuidado com isso. E é com isto que me tento justificar. O que o Senhor disse é verdade. Foi mais Velódromo que outra coisa, mas também obras de quinze milhões



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agora com a abertura dos fundos, não se fazem todos os dias, nem se fazem em todos os concelhos, como o Senhor sabe, a haver isso.-----

----- Quando diz que devia ter avançado para outras áreas, as outras áreas não estão paradas. Temos os projectos, avançamos com as candidaturas. Sabe que o processo burocrático neste País demora muito mais que as obras. Eu pondo aí seis ou sete empreiteiros a trabalhar no meu concelho em termos de saneamento, eu num ano resolvo tudo. Agora, resolver burocraticamente, fazer os concursos, arranjar o dinheiro, isso é que demora anos e espero que os fundos comunitários não escasseiem porque, se não, demorará uma eternidade.-----

----- Depois, também temos fundos comunitários para zonas industriais, e vamos aproveitá-los. Estamos a fazer os procedimentos, e logo que as candidaturas abram, lá estaremos. Está implícito nisso a zona industrial do Paraimo, a de Vilarinho do Bairro e a de Amoreira da Gândara. São três zonas que vão entrar nos fundos comunitários. Temos verbas disponíveis para avançar com esses concursos, que vamos fazer durante este ano, provavelmente até ao Verão estará tudo pronto.-----

----- E, pronto. Quando se fala de trinta e três, quarenta e nove por cento, é aquilo que sabe. A Câmara não trabalha de Janeiro a Dezembro. A Câmara tem um trabalho, tem um mandato e até ultrapassa o seu próprio mandato, porque a Câmara nunca é só o Presidente, são também os outros, e, portanto, as obras não pára tudo quando sai o Presidente. Tudo tem de continuar. E trinta e três, quarenta e nove, esses números, que estão aqui, a gente não esconde, reflectem exactamente a nossa actividade. Mas, atenção. A nossa actividade naquele espaço temporal, que é a que se referem as contas, porque elas continuam. Eu se comecei uma obra, e da obra só fiz trinta e três por cento em Dezembro, nada me diz que hoje já não tenha lá noventa por cento nessa obra. Isto é o tal problema dos orçamentos que são plurianuais e, portanto, a conta, na minha opinião, também devia referir – e refere isso em alguma medida – a essas coisas. Portanto, Senhor Presidente, eu acho que respondi basicamente ao Senhor Doutor Cardoso Leal. Só para concluir, quero-lhe dizer que não estou aqui à espera que vote contra ou a favor de uma coisa em que afinal não concorda. Eu só lhe deixo este desejo, é o meu desejo e gostava que um dia, se fosse também o gestor desta casa, que fizesse melhor, porque aquilo que eu quero é o bem do meu concelho.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Carlos Oliveira, do Grupo Municipal do PSD, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia. Boa tarde, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados e restante assistência. Gostaria de centrar a minha intervenção na análise do relatório de contas dois mil e nove, começando por referir o elogio proferido pelo Senhor Vereador, Doutor Lino Pintado, quanto à melhoria na apresentação destes documentos, elogio esse proferido na reunião da Câmara de apresentação, discussão e votação desses mesmos documentos. Como novo elemento nesta Câmara, não tenho a percepção dos documentos apresentados nos anos anteriores. Mas verifico, pelo elogio proferido, temos aqui melhorias dignas de referência.



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Contudo, é para mim, e penso que para todos, demasiado extenso, pelo que apelo que no futuro a capacidade de síntese permita uma mais fácil interpretação.-----

----- Da breve leitura dos números relativos à gestão de dois mil e nove, salvaguardo a minha ausência de rigor técnico na análise, realço os quadros e gráficos reproduzidos a página vinte e vinte e um, que nos esclarecem facilmente quanto ao equilíbrio financeiro corrente e de capital. E, concluo, que se o Governo tivesse procedido às transferências de capital que são esperadas em tempo útil, o saldo de gerência para o ano seguinte seria muito mais confortável e o grau de execução orçamental poderia ter sido bem melhor.-----

----- Quero também realçar a novidade da certificação legal de contas e do respectivo relatório, o qual apresenta, como é do vosso conhecimento, uma reserva relativa ao inventário do património municipal. A importância desta reserva tem a validade que tem e está minimizada pela própria explicação, que passo a citar: "Dada a sua grandeza e complexidade, motivo pelo qual devemos querer que a opinião emitida pela Revisora Oficial de Contas é garante da veracidade da documentação apresentada, e nos tranquiliza quanto à decisão que aqui vamos tomar." Assim, a gestão efectuada pelo Executivo, apesar dos constrangimentos próprios das dificuldades que globalmente afectam a sociedade portuguesa, e não só, revela equilíbrio, sentido de responsabilidade, elevada solvabilidade e capacidade de endividamento, razão pela qual merece o nosso parecer favorável e consequente aprovação. Disse."-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções na discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, que apresentou o que de seguida se passa a tentar transcrever na íntegra: "Senhor Presidente. Sobre o relatório das contas, eu vou ser muito breve, porque também chegou tarde a documentação, e tendo em conta a complexidade dos números, e eu não ser nenhum economista, mas também não ser nenhum burro, como se diz, eu gostaria só de esclarecer o seguinte: preocupa-me, neste momento, a forma como se encontra economicamente e financeiramente a Câmara. Primeiro, porque as despesas com o pessoal aumentaram; as receitas diminuíram; o investimento é inferior à receita e, mesmo assim, há aumento de endividamento. E, preocupa-me por quê? Porque se nós não tivéssemos um saldo da gerência anterior, nós, neste momento, as contas eram fechadas com um défice de quase cinco milhões de euros. É certo, que conforme diz aqui o Senhor Presidente da Câmara, que investiu numa obra em que esperaria que o Governo cumprisse a sua palavra. Não cumpriu nos prazos dos pagamentos. Mas, eu, sinceramente, eu envergonhar-me-ia vir à inauguração de uma obra se não assumisse o meu compromisso de pagamento à Autarquia. Eu envergonhar-me-ia. Não vinha. No entanto, o responsável do Governo informou o Senhor Presidente de que iria liquidar isso tudo muito rápido.-----

----- Mas, eu tenho aqui, gostaria que o Senhor Presidente me esclarecesse, Estado participação comunitária projecto co-financiado – dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil euros. Temos, também, do terceiro Quadro Comunitário, do QREN, mais uma verba de dois milhões, duzentos e quarenta e sete mil. Gostaria que me esclarecesse essas verbas são relacionadas a que



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investimentos? Mas, tendo em conta, e salvaguardando a honestidade do Senhor Presidente, que assumiu compromissos com a empresa que construiu o Velódromo, porque se não pagasse, com certeza teria uma acção a Câmara em Tribunal, para expropriação de património, e o Senhor Presidente desviou outras verbas que teriam sido possivelmente lançadas na construção do acabamento do saneamento da Autarquia. Parou essas obras, assim como outras, para cumprir a sua honorabilidade. E, aí, eu aceito. Mas, Senhor Presidente, temos que ter o extintor no cofre, porque, se não, vem o fogo e leva-nos o património todo. E o Senhor vai preso. Portanto, o Senhor Presidente não deve avançar com as obras, quando faz os contratos com o Governo, porque eles são mentirosos, e nós temos que pôr umas precauções. E, como tal, o Senhor tem que, quando fizer esses contratos, tem que pôr prazos ao Governo, porque o Governo envaidece-se aí na comunicação social que faz tudo, e afinal não faz, não cumpre, é o que nós estamos aqui a ouvir do Senhor Presidente. É ou não é verdade? O Senhor Presidente se fala verdade, que o Governo que não pagou, então como é? Estamos a pôr o nosso património municipal em risco.-----

-----Portanto, isto preocupa-me porque o futuro que nos avizinha é muito triste e a Câmara tem compromissos assumidos, tem que os respeitar e, como tal, eu penso que o futuro para o nosso concelho não irá melhorar, conforme disse no mandato anterior. Portanto, neste momento, pelo resumo que eu tenho, o défice da Câmara atinge os oito por cento. O ano passado andávamos nos seis, neste momento, oito por cento. E isto começa-se a agravar, Senhor Presidente. Portanto, é preciso pôr trancas à porta, porque eu não tenho fé com os fundos comunitários, que qualquer dia falha tudo, eles não chegam a passar ali a França. Caem todos lá no rio. Os aviões andam a cair, anda tudo. Os barcos a afundarem-se, os submarinos qualquer dia põem o País ao fundo e, como tal, é preciso ter cuidado. É só o que eu lhe tenho a dizer. Portanto, a minha preocupação é esta. Eu ainda não decidi a minha posição de voto, irei decidi-la dentro de minutos, depois, anunciarei."-----

----- Para dar resposta às duas anteriores intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que prestou os esclarecimentos que se tentam transcrever na íntegra: "Para falar do Senhor Carlos Oliveira, que quando fala, efectivamente, dos reparos, chamemos-lhe assim, da Revisora Oficial de Contas, quero-lhe dizer que isso também não é problema para a Câmara Municipal. É um problema que se terá de resolver ao longo dos tempos. Se se recordam, já o ano passado, e penso que foi ali até pelo lado do Partido Socialista, numa ou noutra situação, se levantou algum reparo ao documento que obrigatoriamente tem de acompanhar as contas, como sabe, que é o património da Câmara.-----

----- Ora bem. Eu quero aqui explicar o seguinte: o tal problema, como vocês analisam este documento que acham que é grande, o património municipal é muito maior. Está espalhado de uma forma indiscriminada, estradas, escolas, pontes, fontes, tudo isso é património. Uns são actuais, é património bebé, outro é património antiquíssimo. Não é humanamente possível fazer um trabalho sério de um momento para o outro. Mas como é evidente, também não pode ficar



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de fora esse património. Então, tem de ser, digamos, integrado e avaliado. Os avaliadores, como sabem, estão na Câmara Municipal, são os serviços da Câmara. E isso não é fácil. Uns, pela complexidade, como diz aí o documento, do próprio património, nomeadamente, portanto, do bem. Outro, até, porque efectivamente é tão velho, que a gente já nem sabe em que estado é que se encontra, que é o caso da rede de águas, da rede de saneamento, etc..-----

----- Portanto, há-de ser sempre um calcanhar de Aquiles para a Câmara Municipal e, naturalmente, para a Revisora, neste caso a Revisora, podia ser o Revisor, eu acho que é uma questão de cuidado da parte dela porque ela constata isso. Tem que o dizer claramente, e di-lo. Mas, como vêem, não é isso que influencia as contas. Penso que o Senhor Carlos Oliveira quis dizer isso mesmo, não é? Agora, se vamos a fazer especulação meramente política, todos dirão, o património está errado. Não está errado. Está feito da forma possível, até porque a Câmara não tem necessidade nenhuma de um documento destes, ele não estar o mais fidedigno possível. O que é que isso afecta? Provavelmente, até feito de outra forma, com outra avaliação, até melhoraria a performance, desculpe o termo, das próprias contas, não é isso? Portanto, aqui acho que ninguém considera aqui qualquer tipo de intencionalidade nisto.-----

----- Agora, o Senhor João Morais. Eu quero-lhe dizer que a despesa com pessoal não aumentou. O que o Senhor vê aí são despesas com pessoal que não é nosso. É o caso das AEC's, e que realmente corresponde a uma verba significativa nas nossas contas.-----

----- Depois, as receitas diminuíram. Ai, isso é verdade. Você sabe que nós vivemos também das receitas: a derrama, esses impostos locais, tudo isso, infelizmente, diminuiu a nível nacional. Também afecta, naturalmente, a Câmara. As transferências que o Estado faz, obrigatoriamente, têm que ser menores. Ele recebe menos como é que pode dar mais?-----

----- Depois, está preocupado com o endividamento da Câmara? Eu quero-lhe dizer que não deve estar preocupado, embora o Senhor tenha feito uma afirmação que não é correcta, na minha opinião. Os fundos comunitários não desaparecem assim. Há compromissos, há toda uma projecção económica até dois mil e treze. Isto não é aqui a vontade dos Governos que resolve e, portanto, isso não vai acontecer. Agora, quando fala aí de verbas dos fundos comunitários, nós nunca deixámos de fazer as contas, nunca perdemos um tostão, felizmente. Não quer dizer que não possa acontecer. Sabe que há o QREN e o QCA. No QREN temos duas obras: é o Centro Escolar de Arcos e é o Velódromo. E esses, como compreendem, estão atrasados também conosco. É que não nos devem só os vinte por cento do Estado, também o QREN e o QCA, que chamavam-lhe, a denominação dos Quadros Comunitários antigos, também nos devem, ainda nos deve os equipamentos da Biblioteca, do Cineteatro, ainda nos devem muito dinheiro. Pronto, mas eles lá virão. Por que é que devem? Porque a burocracia enferma de muitas coisas, e mais este papel, e mais aquele papel e demora a vir. Mas isso, já está gasto, já está justificado, e bem. Esses dinheiros todos somados, retirem-lhe, o Senhor se quiser assumir isso com verdade, retirem-lhe todas as dúvidas que o Senhor tem sobre a capacidade financeira desta Câmara. Esta Câmara está bem. Paguem-lhe o que devem, que é tudo dinheiro para os cofres da Câmara, porque a Câmara não deve. Portanto, tudo, nem que seja pouco, aumenta o



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nosso activo. Não deve, não tem passivo. O que é que deve? Deve ter cuidado em gastar, esse dever é que é, porque alguém me acusa que eu sou muito cauteloso. Temos de ser cautelosos para manter o nosso poder reivindicativo junto daqueles que trabalham para nós. Eu, se não pagar aos clientes, àqueles que trabalham para a Câmara, amanhã estou numa situação deveras complicada porque, como é lógico, perdi a credibilidade junto dos nossos empreiteiros e fornecedores. E é esse tipo de gestão que nós fazemos neste momento, porque o momento económico do País é de incerteza. Quem quiser que estrague, venham cá para o meu lugar e estraguem. Eu não alinho nisso, e vejo a boa vontade. Eu não tenho pretensões, enfim, a criar aqui qualquer tipo, digamos, de álibi para defender a minha pessoa. Toda a gente me conhece. O que eu quero realmente, é que a Câmara mantenha equilíbrio financeiro, e penso que estas contas, apesar de tudo, apesar de algum abaixamento, reflectem esse equilíbrio, penso eu. Aliás, foi dito aqui já por outras pessoas. Obrigado.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-PP, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Ora, em primeiro lugar, nós estamos a analisar dois documentos, eu não sei se devo fazer duas intervenções em separado, para não misturarmos, ou se preferem que faça uma só. Em primeiro lugar, convinha que se corrigissem algumas imprecisões constantes deste documento, nomeadamente no número dois da página dezoito, que está incorrecto. É que contrariamente ao que é afirmado, as receitas correntes no ano dois mil e nove, não são inferiores mas sim superiores às despesas correntes, e não são em três vírgula setenta e dois por cento, mas em vinte vírgula oito por cento. Quer isto dizer, que embora se tenha cumprido o POCAL, parcialmente, no que se refere aos valores de equilíbrio total, ele não foi cumprido, uma vez que as despesas correntes foram superiores à receita. Isto traduz-se num saldo anual negativo de quatro milhões, quatrocentos e dezoito mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros e vinte cêntimos. E um crescimento negativo, como é afirmado, de aproximadamente duzentos e doze vírgula sete por cento.-----

----- Já no que se refere a resultados líquidos d exercício, na página vinte e oito do documento refere-se que a situação económica manteve-se a um bom nível, o que na nossa perspectiva deve ser rectificado, pois se sofreu um agravamento substancial, sendo o pior dos últimos três anos, com um resultado líquido negativo de setecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e catorze euros e treze cêntimos, como é que se pode proceder a esta afirmação.-----

----- Na página trinta e três do mesmo documento, na análise financeira, é referido que as diversas rubricas do balanço continuam a demonstrar uma situação favorável estável e em bom nível. Como é possível fazer esta afirmação, quando tem vindo, se olharmos para o gráfico, de ano para ano a piorar, e apresentando actualmente o valor negativo dos setecentos e cinquenta e quatro mil euros e qualquer coisa. Portanto, eu acho que não é justo que se faça uma afirmação destas, porque não é verdade. Quer dizer, ele tem vindo a decrescer, não podemos dizer que está a melhorar.-----

----- Já no que se refere a investimentos, e olhando para isto parcialmente, bom, efectivamente



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

já foi explicado pelo Senhor Presidente que o grande investimento esteve, efectivamente, ligado ao desporto e ao saneamento. Por um lado, pode ter sido bom. Por outro, é preocupante para o cidadão corrente, porque, como este Executivo é praticamente o mesmo, se não houver uma alteração de política direccionada para as pessoas, para o bem individual de cada um, ou do conjunto, da análise deste documento ficamos um bocadinho apreensivos sobre o que nos virão oferecer nos próximos anos. Onde é que vamos apostar. É que no ambiente foi quase zero por cento, na acção social muito pouco, também, portanto, e assim é difícil, se não apostamos na qualidade de vida, é efectivamente difícil fixar população, porque há uma tendência de se procurar melhor, como é lógico.-----

----- No global, a execução não foi muito acima dos cinquenta por cento, pelo que não merece claramente da nossa parte um voto favorável.-----

----- Finalmente, e agora como sugestão, e caso se pretenda vir a aumentar o investimento na componente ambiental, no que se refere, por exemplo, à recolha de lixo, poder-se-ia, nas novas intervenções, tal como esta está a decorrer aqui em Anadia, optar por contentores enterrados, que são muito mais higiénicos. É uma opção, em termos de saúde, muito melhor, e a nível de imagem visual, então, é o topo, nesta altura.-----

----- De qualquer modo, congratulamo-nos com o que foi dito pelo Senhor Presidente nas explicações anteriores, já que nos descansou em relação à necessidade de um PEC, a curto prazo.-----

----- Também falava aqui no documento, suponho eu, do inventário do património. Em relação ao inventário do património, eu só fico preocupado com algumas afirmações que vi na acta que veio a acompanhar este documento. Porque na acta extraordinária da reunião de Câmara de quinze do quatro de dois mil e dez, no que se referia a este documento, o Senhor Presidente referiu, e isto eu estou a citar, pelo menos o que estava na acta, "Trata-se de um documento ainda hoje não estará completamente organizado e actualizado, não sabendo se virá alguma vez a estar, em virtude da complexidade do processo." O que eu percebo, eu também tenho que o fazer. O que eu não entendo bem é a afirmação, porque é uma afirmação negativista, logo à partida. E como dizia um pensador conhecido, o Senhor E. G. White, "nunca alcançaremos uma meta maior que aquela que nos propusermos". Ora, se nós à partida já estamos a dar aos nossos funcionários, ou a quem trabalha directamente connosco, uma previsão de que não esperamos alcançá-la, dificilmente haverá um envolvimento forte para que ela seja alcançada."-----

----- Para uma outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS, que apresentou o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Muito boa tarde a todos. Queria começar por salientar aqui também alguns aspectos positivos, aqui na prestação das contas e do documento em si. Tem mais detalhe e tem mais transparência aqui nos números. O documento é extenso, mas também sabemos que para fazer cumprir aqui a lei em muitos pontos ele tem que ser assim. Mas, claro, há aqui alguns aspectos negativos que eu queria salientar, a começar pela total



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

incapacidade para prever as receitas. Nós em dois mil e oito, quando votámos este orçamento, que agora estamos aqui a votar as contas, eu fiz aqui uma intervenção, na altura, a criticar o pressuposto que estava na base de projecção das receitas, e perguntei-lhe, Senhor Presidente, se achava que a actividade económica em dois mil e nove ia ser semelhante à de dois mil e oito, quando já estávamos em plena crise. Se a ser semelhante à de dois mil e oito, mais dois por cento, que era o pressuposto. Achei que era uma previsão quase fantasiosa e os números agora falam por si.-----

----- Pior que esta incapacidade de prever, que se vê anos após anos, eu penso que a utilização que se faz aqui dos números e dos rácios, tentando pintar um quadro que não é o real, e que o Senhor teimosamente, agora aqui, voltou a insistir, falando das despesas com o pessoal. As despesas com o pessoal aumentam. O Senhor tem é uma justificação para elas. Agora, elas aumentam, em valor absoluto, mais de duzentos e vinte mil euros, de um ano para o outro. Aumentam, em termos relativos, ou seja, em percentagem das despesas correntes, não em função das despesas totais, aumentam de quarenta e três e meio em dois mil e oito, para quarenta e cinco vírgula três em dois mil e nove. Em percentagem da receita corrente, não é da despesa corrente, agora da receita corrente, aumentam trinta e três para trinta e seis por cento. Portanto, não tenha dúvidas. As despesas com pessoal aumentam, o Senhor tem é uma justificação para elas. A receita total, vê-se, e nisso os quadros são claros, já não cobre a despesa total, e vê-se que está a degradar-se ao longo dos últimos três anos, como já aqui foi salientado várias vezes.-----

----- Em termos económicos, e fazendo a ressalva do que mais importante, não é que a Câmara seja uma organização de facto rentável ou lucrativa, sabemos que não é isso que se pretende, mas que trabalhe, também aqui, em prol do bem-estar dos cidadãos, há também aqui uma inversão dos resultados. O Senhor sente-se confortável com a questão do endividamento, e nós registamos isso, mas, de facto, há aqui uma inversão dos resultados, mesmo recorrendo aqui a alguns expedientes contabilísticos, pouco normais, o que foi feito no caso das amortizações, revela uma situação, que embora não seja preocupante, eu acho que deve ser um sinal de alerta aqui à situação económica da Câmara. Eu acho que o Senhor não se deve queixar apenas das transferências que chegam tarde, porque com isso já deve contar de início. Já sabe que essas transferências, por natureza, chegam tarde. Portanto, o Senhor tem que se preocupar com a actividade corrente da Câmara. E esses rácios da actividade corrente revelam que, nos últimos três anos, tem-se degradado. Ou seja, em suma, estas são, de facto, questões um bocadinho se calhar mais técnicas e mais de forma, do que a substância que já aqui foi falada, que é a orientação política que as contas revelam. Mas eu acho que acabam porque, com esta crueza dos números, revelam estas taxas de execução baixíssimas que criticámos e, portanto, são as escolhas nas quais não nos revemos. Muito obrigado.”-----

----- Para responder às intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu o que se tenta transcrever na íntegra: “Em primeiro lugar, queria que a Doutora



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anabela viesse aqui explicar ao Senhor Engenheiro Sidónio, mas depois de eu falar, se me permitir, Senhor Presidente. Há aqui um problema de interpretação, provavelmente, eu não sei nem tenho que fazer isso. Mas, tenho que dizer ao Senhor Sidónio, que é para ele que realmente vou responder, embora a outra parte seja respondida, ou pelo menos tentar responder a Técnica, eu quero-lhe dizer que na sugestão, e só na sugestão, no resto não tenho nada a comentar, as pessoas têm que dizer aquilo que efectivamente têm que dizer, e devem dizer, e podem dizer, a verdade é que na sugestão, crie lá o ídolo, o pensador que quiser, eu não vivo de utopias, amigo. Eu não vou dizer aos meus filhos: olha, tu quando fores grande eu vou-te comprar um avião, já não te compro um carro, eu vou-te comprar um avião. Eu não entro nessas utopias. E aquilo que eu vejo todos os dias, é utopia. E, aqui, dou alguma razão ao Senhor João Morais, o que não gostava de fazer, quando ele diz prometem e nunca cumprem. E, curiosamente, é para responder também ao Senhor André, para lhe dizer exactamente isto, que quando foi do orçamento, que não é isso que estamos a discutir aqui hoje, que me aconselhou, ou pelo menos, não me aconselhou, identificou que eu não ia conseguir aquela receita. Eu não faço mais que imitar os seus chefes máximos. Já viu as correcções permanentes que eles fazem na política económica? E aqui, respondo aos dois. Respondo à utopia e respondo a si. Quer dizer, o Presidente da Câmara tinha de ser, no caso do André, desculpe tratá-lo assim, tinha de dizer ponha pouco porque isto está em crise; no caso do Engenheiro Sidónio, ponha muito, embora em coisas separadas, porque a gente tem de sonhar mais alto. Estou absolutamente de acordo com ele, mas eu não quero sonhar assim, como também não quero cair na realidade, como você quis que eu caísse quando foi do orçamento. Porque se eu hoje ainda tive alguma possibilidade, e o Senhor ainda tem a possibilidade de me criticar porque temos um défice, que não temos, em relação às contas, ao próprio orçamento em termos de, inclusivamente, de produção percentual, quer dizer, se eu fizesse isso, aumentava, claramente, a execução, porque eu tinha menos e fiz mais. Eu nem isso fiz. Não sei se me está a fazer entender. O problema que aqui está, e digo-lhe claramente isto, as transferências para as Câmaras é que limitaram a nossa capacidade. Quero-lhe dizer que quando fala, arranjou um processo, mas gastou mais em pessoal. O pessoal não é meu. O pessoal resulta de um acordo de colaboração entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal, e eu tenho de o inscrever. Ele passa pelo circuito da Câmara e eu tenho de o inscrever. Porque isto que você vê, eu foi-me proposta a gestão das escolas. Então, ouça, isso era impensável. Só faltaria pagar aos professores, porque as despesas correntes com pessoal auxiliar tinha de vir ali tudo e, então, esse número disparava. Quer dizer, de certeza o dinheiro não era eu que estava a pagar, digamos, o nosso pessoal, mas as consequências de ultrapassar as chamadas despesas correntes caíam sobre mim. Portanto, é bom que saibamos, e isso, o Senhor frisou isso, foi honesto na sua forma. O Senhor tem essa maneira de defender, mas na realidade, você gastou mais em pessoal. Gastei, sim Senhor, mas o pessoal não era meu. É só a diferença. Portanto, estamos de acordo, não se preocupe que aqui não gera nada. E, pronto, era isto que eu queria dizer que, na verdade, não faço milagres. Agora queria, realmente, se me permitisse, que a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Doutora Anabela viesse aqui, porque penso que aqui há alguma dificuldade de interpretação em relação a alguma coisa. Acho que estão aqui os rácios em conta, de maneira que, faz favor de explicar.”-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Técnica que passou a explicar o que se tenta transcrever na íntegra: “Senhor Engenheiro, se me pode situar, novamente, qual era a página e qual é o rácio. Se bem ouvi, é a página dezoito, o número dois, certo?-----

----- O Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-PP, esclareceu o que se tenta reproduzir na íntegra: “O que eu estou a comparar aqui, é o que nos é apresentado na página vinte, portanto, receita corrente/despesa corrente, com o que é afirmado na capacidade de receita de cobrir despesas correntes, que é o ponto dois da página dezoito.”-----

----- Retomando a palavra, a Técnica passou a explicar o que se tenta transcrever na íntegra: “Senhor Engenheiro, estes são os indicadores de gestão entre receitas e despesas. Estamos a falar em termos totais, certo. Logicamente, quando se fala em termos totais, falou-se nos totais em relação a n menos um, a n menos dois, que é dois mil e oito e dois mil e sete. Obviamente, estes dois anos anteriores tiveram, portanto, quer previsão orçamental, quer execução orçamental, também números diferentes. Ora, o que significa, que nós este ano, dois mil e nove, obtivemos um orçamento de trinta e seis milhões e qualquer coisa, e no ano anterior, dois mil e oito, obtivemos de trinta mil e qualquer coisa. E, em termos de execução, passa-se da mesma forma. Obviamente executámos mais, mas estes rácios, é sobre os totais gerais e, portanto, é evidente que os números são diferentes. E são diferentes para mais, por quê? Porque o total geral também é maior. E se o Senhor Engenheiro for à página dez, vai ver que o total da receita, não é a página dez, é a anterior, a página três, o total da receita em dois mil e oito, da receita total, foi de dezanove, duzentos e setenta, duzentos e cinco trinta e oito. O total da receita em dois mil e nove foi dezasseis, setecentos e trinta cento e sessenta e um, o que significa que nós recebemos menos em dois mil e nove e, portanto, as receitas são inferiores. Certo, Senhor Engenheiro? Eu não sei se me fiz compreender?”-----

----- Entretanto, o Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-PP, acrescentou o que se tenta reproduzir na íntegra: “Só seria assim, se estivesse a comparar dois mil e nove com os outros anos. O que está a dizer, é que no ano dois de dois mil e nove, se me dissesse comparativamente aos outros anos, eu aceitava. Agora, aqui o que está a dizer é, no ano de dois mil e nove. Pode ser um problema só de texto de português, mas, com este texto, não é de certeza.”-----

----- Uma vez mais em posse da palavra, a Técnica esclareceu o que se passa a tentar reproduzir: “Estou a comparar três anos, ou com dois anos. Eu faço a comparação, as receitas no ano de dois mil e nove são inferiores às despesas correntes em tanto, sendo o grau de cobertura, e no ano dois mil e oito digo também quanto é, assim como digo no ano dois mil e sete. Os rácios são comparativos.”-----

----- O Senhor Deputado, acrescentou, ainda, o que se tenta transcrever na íntegra: “O que me



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

está a dizer, concordo perfeitamente, se disser ali que está a comparar, mas você não está a dizer isso. O que afirma é que a receita no ano, não é? Se me disser comparativamente aos anos anteriores, a receita em dois mil e nove é assim, é uma coisa. O que está aqui afirmado é outra. Isto é um problema de português, claramente, mas o que está aqui afirmado não é isso”-
----- Novamente, a Técnica referiu o que se tenta reproduzir na íntegra: “Estes gráficos não são por qualquer motivo.”-----
----- Por fim, o Senhor Deputado concluiu o que se tenta transcrever na íntegra: “Eu sei o que me quer dizer, agora, como está escrito é que gera dúvida.”-----
----- No seguimento do diálogo e esclarecimento havidos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, que concluiu a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Senhor Presidente. É muito rápido porque é só um esclarecimento acerca do património, porque eu vi aqui uma coisa que, de facto, não conheço e que gostaria que o Senhor Presidente me indicasse, e que tem a ver com uma coisa que se chama Reservatório de Água Elevado de Couvelha. E eu gostava de saber onde é que é isto.”-----
----- De imediato, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a resposta que se passa a tentar transcrever na íntegra. “Está a ver aquela estrada que sai do campo de futebol de Couvelha, uma estrada estreitinha alcatroada, virada a Banhos? É logo a seguir ao campo de futebol, é aquele depósito que lá está. É Couvelha ainda. É assim que está registado.”-----
----- Depois do Senhor Deputado Rui Marinha ter agradecido o esclarecimento prestado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, e não havendo mais solicitações para intervir no âmbito da discussão do segundo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação, finda a qual anunciou que os Documentos de Prestação de Contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e nove, e respectivo Inventário do Património tinham sido aprovados por maioria, com vinte e seis votos a favor, dos Senhores Deputados Municipais do PPD/PSD, seis votos contra, dos Senhores Deputados Municipais do PS, e quatro abstenções, sendo uma do Grupo Municipal do PS, uma do Senhor Deputado Municipal da CDU e duas dos Senhores Deputados Municipais do CDS-PP.-----
----- De imediato, deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia e passou a apresentar o ponto três, “*Apresentação, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e nove, bem como apreciação do respectivo Inventário do Património, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA*”, após o que deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à introdução do ponto, introdução que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Este património e relatório de contas é efectivamente um procedimento que também aos Serviços é obrigatório. Na verdade, trata-se de uma pequena empresa, digamos, não com a característica de empresa municipal, como sabem, mas dentro da actividade da Câmara, que efectivamente tem muita utilidade, uma vez que normalmente a sua principal actividade



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resume-se um pouco à manutenção, à construção de ramais, pequenos emissários, pronto, são trabalhos relativamente pequenos. E, portanto, isso implica, naturalmente, um encaixe financeiro muito menor. Mas, esse facto não impede que sejam naturalmente constituídos em documento todo o trabalho executado pelos Serviços Municipalizados. Tem sido prática neste Município, eu já aqui estou há uns anos, e tem havido sempre, na minha opinião, alguma melhoria na apresentação destes documentos. Parece-me a mim, que isso continua ainda hoje a acontecer. Todavia, ainda não é perfeito. E nós, aqui sim, estamos convencidos que ainda se pode fazer muito mais, porque também estamos sempre atentos àquilo que os próprios elementos da Câmara vão sugerindo, e até, muitas vezes, a própria Assembleia.-----

----- Mas, no fundo, isto é uma explicação meramente política e ocasional. Aquilo que está hoje aqui em discussão são, naturalmente, as contas. Estas são de fácil análise. A mim, e que levei isto à Câmara, também não apareceu grande razão de críticas negativas. Portanto, eu também não estou aqui para ser eu o carrasco daquilo que eu próprio subscrevo. Portanto, o documento, por si só, já tem a respectiva apresentação, pelo que, se o Senhor Presidente assim o entender, que o vote à discussão.”-----

----- Aberto o período de discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Senhor Presidente. Uma primeira nota relativamente à apresentação dos documentos, para lhe dizer que não estou inteiramente de acordo consigo, já que estes documentos, embora sejam legíveis e claros, não estou a pôr isso em causa, eu, por acaso, tenho a opinião contrária, que os outros, antigamente, eram de mais fácil leitura. Mas, pronto, isso é uma mera opinião.-----

----- De qualquer modo, relativamente a estes documentos que nos são hoje apresentados, eu gostava de lhe transmitir, digamos, alguma preocupação pelo seguinte. Pelo que constato neste relatório, as receitas correntes diminuem e as despesas aumentam. E as receitas de capital aumentam e as despesas diminuem, ou seja, a conclusão directa que nós podemos tirar daqui, é que o investimento está a se substituído por despesa corrente. É evidente que nós estamos a falar de números que ainda nos dão algum certo conforto, porque se estivéssemos no limite, estaríamos a falar de coisas complicadas, porque estaríamos a dizer, claramente, que as despesas aumentam e, portanto, que as receitas diminuem. Mas, também queria chamar-lhe a atenção, e penso que verificou isso, que este raciocínio que eu estou a desenvolver está patente nos números que estão aqui quando nos diz que, quer os resultados operacionais, que reduzem da ordem dos quarenta e cinco vírgula sete por cento, quer os resultados correntes que reduzem trinta e oito vírgula nove por cento, quer os resultados financeiros que reduzem zero vírgula três por cento, quer os resultados líquidos que reduzem seis vírgula quatro por cento, nos demonstram que há uma tendência, há, digamos, um declive mais ou menos acentuado para a diminuição dos resultados. Claro que estamos a comparar com o ano anterior.-----

----- Agora, gostava de lhe dizer, também, que enquanto os proveitos aumentam doze vírgula três por cento, os custos aumentam catorze vírgula um. Ou seja, o que é que estamos aqui a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

analisar concretamente. É que os custos a continuarem a aumentar, e espero bem que não, como é lógico, porque eu espero bem que isto seja corrigido, a continuarem a aumentar, é evidente que, mais tarde ou mais cedo, iremos acumular prejuízos. E isso não me parece que seja o objectivo.-----

----- Mas, gostava de fazer também uma pergunta muito concreta, para além desta análise. É que, como é que justifica que a venda de mercadorias em dois mil e nove seja exactamente igual ao cêntimo que em dois mil e oito. Deve haver uma boa explicação para isto, até porque o valor é um valor muito exíguo, mas eu registo que é exactamente o mesmo valor. Se calhar, é sempre a mesma mercadoria que é vendida todos os anos. Aguardo a explicação.-----

----- Gostaria, também, de constatar que a prestação de serviços diminuiu quarenta e três vírgula nove por cento e que os fornecimentos externos aumentaram onze vírgula sete por cento; que os custos com pessoal, globais, aumentaram dezasseis vírgula seis por cento. Portanto, há aqui todo, digamos, um conjunto de valores que estão a aumentar e, portanto, daí a preocupação.-----

----- Outra questão que eu lhe queria pôr em concreto, era se o Revisor Oficial de Contas não deveria emitir parecer sobre estas contas dos Serviços. Eu bem sei que a lei não obriga, não é isso que está em causa. Mas, por uma questão de bom tom, uma vez que os Serviços Municipalizados são uma empresa da própria Câmara Municipal, não sei, e deixo a questão no ar, se não deveria emitir uma opinião sobre estas contas.-----

----- Queria fazer mais duas constatações neste relatório. Um, é que a formação do pessoal que tinha uma dotação de ml e quinhentos euros, portanto, já não era muito elevada, tem uma concretização de zero. E isto, de algum modo, deixa-me sensibilizado porque a formação é uma coisa que nós necessitamos todos os dias. E, portanto, a não ser que esta formação seja feita noutra âmbito, que espero bem que sim, eu não gostaria de voltar a ver uma rubrica com um gasto, principalmente uma rubrica deste género, com um gasto zero.-----

----- E só agora mais uma constatação, para terminar, que tem a ver com a execução das GOP. É que nós constatamos aqui que o saneamento tem uma execução de vinte e cinco por cento e o abastecimento de água de quarenta e cinco por cento. E, portanto, estas execuções parecem-me muito baixas. Eu bem sei que, e talvez pela décima vez ou mais digo isto, bem sei que os relatórios não traduzem a actividade que os Serviços desenvolve. Já nos orçamentos temos a mesma questão. Da última vez, e quando discutimos aqui o orçamento, o Senhor Presidente disse que estava em marcha, digamos, a implementação da contabilidade analítica nos Serviços. Eu espero bem que no próximo ano consigamos, de facto, ter uma apresentação, digamos, baseada nessa contabilidade analítica porque nos dará, com certeza, uma imagem completamente diferente da actividade dos Serviços. Com isto, só para lhe dizer que, em função destas dúvidas e destes dados que nós entendemos que reflectem, de alguma forma, um decréscimo dos resultados dos Serviços, mas claro não estamos a comparar com os resultados da Câmara, porque os da Câmara são negativos, estes ainda são positivos, portanto, são coisas diferentes. Mas estamos a dizer que é preciso atenção quando começamos a ver os resultados a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diminuir. E, nesse sentido, nós vamo-nos abster relativamente a esta votação. Muito obrigado.”-----

----- Para responder à intervenção feita pelo Senhor Deputado Rui Marinha, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que prestou os esclarecimentos que se tentam transcrever na íntegra: “Penso que o Engenheiro Rui Marinha aquilo que fez, no fundo, foi uma descrição um pouco daquilo que os números reflectem. Eu não posso aqui entrar em contradição com aquilo que viu. Mas, há coisas que também são curiosas e outras têm a sua justificação. As despesas aumentaram e têm tendência a aumentar. As redes de saneamento basta aumentar para haver outros encargos, são as elevatórias. Há um aumento claro de despesas. Claro que elas estão dentro do controlo absoluto, não temos nenhum problema por enquanto. E, muitas coisas acontecerão logo que muitas das redes esteja ligadas tudo isto contribui logo para o equilíbrio financeiro entre as despesas e as receitas dos Serviços. Se repararem, se temos hoje duas elevatórias a trabalhar, a electricidade que gastam duas não tem nada que ver com quatro elevatórias ou cinco. Há uma tendência para aumentar, tem a sua justificação, nós não podemos aqui fazer de outra maneira.”-----

----- Quando fala dos números iguais, por acaso estou aqui a ser chamado à atenção, o que diz lá, venda de mercadorias, aquilo que diz em dois mil e nove tem que ser naturalmente igual porque se trata exactamente do mesmo tipo de mercadoria, que é venda dos contentores. Dois em cada ano. Não podemos fazer de outra maneira.”-----

----- Agora, quando me fala do Revisor Oficial de Contas, como sabe não é obrigatório. Mas, é evidente, que também não é problema mandar certificar as contas por um Revisor, também não é isso que custa muito dinheiro. É uma questão de vermos se realmente tem alguma vantagem, ou não tem. Se tiver, com certeza que também não é por isso que nós temos problema.”-----

----- Agora, quando diz que está zero na formação, eu quero-lhe dizer, graças a Deus. No projecto +Maria, como compreende é dos fundos comunitários, está no âmbito da CIRA, não é despesa nossa, pagam eles. Como sabe, no RSAR, este palavrão agora que se refere aos recursos hídricos, tudo o que passa de águas e saneamento, passa por uma entidade que nos obriga a apresentar um relatório de sustentabilidade para os preços que praticamos. Também essa formação no âmbito da RSAR, dessa entidade, é gratuita. Nós bem pagamos para ela, não se preocupe. Mas pagamos de forma indirecta. Portanto, e temos o da VORTAL, que é uma plataforma por onde vão todos os nossos concursos, todas as nossas contratações. Essa, dá formação, mas sabe bem onde é que o vai buscar, também não é coisa que possa aparecer em pagamento como formação. A AIRC, que é uma entidade portanto também de apoio em termos informáticos dos Serviços Municipalizados, e agora também da Câmara. Como é evidente, tem um contrato com a Câmara, em cujo contrato está implícita a formação. Portanto, nós pagamos-lhe o contrato e, nesse contrato, tem uma rubrica que fazem formação. Portanto, a razão do zero. Os nossos serviços, felizmente, não são assim tantos os funcionários, são dos trabalhadores que mais formação têm. Não vem porque não temos onde ir buscar. Se quiserem



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alguma explicação, tenho aqui o responsável pelas contas. Portanto, isto em princípio é para lhe dizer que, embora concorde com a decisão de se absterem, e não me recordo o que é que fizeram no último ano das contas, mas quero-lhe dizer que não se degradou a situação nos Serviços, pelo contrário. É uma situação estável em que é justificável qualquer diferença em termos de apresentação de números que o relatório e as contas apresentam. Portanto, penso que, de certa maneira, respondi ao Senhor Engenheiro.”-----

----- Para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, a qual se passa a tentar transcrever na íntegra: “É um direito de resposta só porque ainda não percebi muito bem esta história da venda de mercadorias. Penso que se referiu a dois contentores que foram vendidos o ano passado e outros dois que foram vendidos há dois anos, é isso?-----

----- E depois, relativamente à formação, eu aceito a explicação, nós estamos na CIRA, vamos em princípio continuar na CIRA, tanto quanto calculo, o que quer dizer que foi a CIRA que substituiu esta formação. Em princípio foi isso que eu depreendi, corrija-me se não é verdade. Mas, quero dizer, então, que esta dotação que vem no orçamento não se justificará, digamos, nos próximos anos, uma vez que será da responsabilidade da CIRA. Penso que foi isto que eu ouvi. Gostaria que me confirmasse a questão dos contentores, se é isso ou não. Obrigado.”-----

----- Para responder à interpelação do Senhor Deputado Rui Marinha, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu o que se tenta transcrever na íntegra: “É isso. Os contentores são aqueles que vendemos. E quanto ao problema de estar ou não estar, porque a CIRA através do projecto +Maria, é que faz a formação. Mas eu tenho de manter isto porque o projecto acaba e a formação vai continuar, portanto, isto não se pode tirar. Este ano não foi preciso, pronto, houve quem nos substituísse a pagar.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-PP, que efectuou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Era só uma questão a ver se era possível esclarecer, ou se eu estou errado. Posso estar a pensar erradamente e pretendia ser esclarecido. Há um aumento da despesa corrente e há um aumento com pessoal. Portanto, produz-se mais. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que se faz mais rede, mas não se coloca em funcionamento? Isto é, enterra-se muito tubo? É que se for isto, realmente o Senhor Presidente da Junta, suponho eu, da Moita, outro dia quando falava a dizer que tinha rede feita há oito anos mas não consegue ter ligações, terá alguma razão. Eu só queria perceber por que é que há este aumento de despesa e de pessoal e, depois, efectivamente, não se reflecte na receita.”-----

----- Para responder ao Senhor Deputado Sidónio Simões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu o que se tenta transcrever na íntegra: “Senhor Engenheiro. Eu penso que se for à página dezassete, logo no início da página, há uma justificação para esse aumento de despesa com pessoal. Se lhe



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

serve isso, muito bem. Se não serve, eu dou o meu próprio entendimento sobre isso. Quer que e lhe explique o resto? Eu quero dizer que essa actualização com pessoal foi o aumento, porque até em certos casos ainda foi pessoal embora. Mas aquelas actualizações, por força da lei, as promoções, portanto, o pessoal nos Serviços não aumentou.”-----

----- Para uma outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, que disse o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Segundo tenho conhecimento, os salários dos funcionários públicos estão congelados. Temos aqui um aumento nas despesas com pessoal. Eu já estive aqui a conferir. Portanto, temos aqui de remunerações de base com pessoal, em dois mil e nove, seiscientos e cinquenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e nove mil euros; em dois mil e oito quinhentos e cinquenta e sete trezentos e setenta e um. Na despesa na totalidade, incluindo todos os seguros, horas extraordinárias, despesas de saúde, dá um total de novecentos e quarenta e quatro quinhentos e cinquenta e nove. Em relação a dois mil e oito, também temos aqui uma despesa de catorze vírgula noventa e quatro mais no suplemento de remunerações. Poderá explicar-me o que levou a isto? Houve admissão de quadros de pessoal?”-----

----- Para responder ao Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu o que se tenta transcrever na íntegra: “Eu quero-lhe dizer uma coisa. Sabe que ainda não é permitido nas Câmaras premiar os funcionários. Era bom que fosse, porque há deles que merecem. E outros, até, penalizá-los, que há deles que até nem são bons. Bem, mas isso é em todas as instituições. Agora, deve recordar-se aqui, que foi no ano de dois mil e nove, que houve a maior subida salarial. O Governo que ainda hoje temos, fez a sua maior actualização em termos de salários, foi em dois mil e nove. Portanto, também na Câmara tiveram de se reflectir. E, depois, há aqui um outro problema. Se reparar no mapa, e reparou com certeza que esteve a ver, só em despesas com saúde, há um aumento de mais de dois por cento. Estas coisas reflectem-se depois nos números finais. Não há volta a dar-lhe. Não houve promoções, não houve nada porque sabe que inclusivamente esse tipo de promoções tem vindo a estar congelado. Como sabe, é complicado. Mas, há aumentos salariais. Este ano também ainda há, mas é uma coisa muito pouco, o próprio orçamento de Estado o diz. Quem ganhar mais de x nem tem. Portanto, aqui é uma actualização que decorre, naturalmente, da situação em termos salarial a nível nacional e que nós, nos Serviços Municipalizados, e naturalmente na Câmara, não podemos fugir à regra. Penso que o Senhor não tem dúvidas disso. Muito obrigado.”-----

----- Não tendo havido qualquer outra questão para apresentar no período de discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu aquele período por encerrado e passou à votação dos Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e nove, e respectivo Inventário do Património. Decorrida a votação, anunciou que o ponto três da ordem do dia tinha sido aprovado por maioria, com vinte e sete votos a favor, dos Senhores Deputados Municipais do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PPD/PSD do Senhor Deputado Municipal da CDU e de um Senhor Deputado do Grupo Municipal do PS, zero votos contra e oito abstenções, sendo seis dos Senhores Deputados Municipais do PS e duas dos Senhores Deputados Municipais do CDS-PP. Consequentemente, declarou, igualmente, encerrado o ponto três da ordem do dia.-----

----- De imediato, passou a apresentar o ponto quatro da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referente ao exercício de dois mil e dez, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA*", após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para proceder à introdução do ponto acabado de apresentar, introdução essa que se tenta transcrever na íntegra: "Trata-se, como é evidente, da primeira revisão orçamenta, que é obrigatória, tem de ser acompanhada quando da apresentação das contas. Isto é tão verdade para a Câmara como para os Serviços Municipalizados, e nessa revisão consta obrigatoriamente o saldo da conta de gerência da Câmara de Anadia. E, portanto, esse saldo foi distribuído de acordo com aquilo que nós Câmara entendemos que seria mais ajustável ao cumprimento do orçamento que efectivamente aprovámos no fim do ano passado. Portanto, isto não te qualquer tipo de comentário, só pode estar aqui em causa por quê ali e não acolá. Foi uma opção que legitimamente quem gere tem direito de tomar."-----

----- Sem ter havido lugar a qualquer intervenção no período de discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou, desde logo, o seu processo de votação, decorrido o qual anunciou que a 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referente ao exercício de dois mil e dez, foi aprovada por maioria, com trinta votos a favor, dos Senhores Deputados Municipais do PPD/PSD, do CDS-PP e da CDU e dos dois Presidentes de Junta do Grupo Municipal do PS, zero votos contra e cinco abstenções, dos Senhores Deputados Municipais do PS. Subsequentemente, declarou aquele ponto quatro da ordem do dia encerrado.-----

----- Prontamente, deu entrada no ponto cinco da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Anadia, referente ao exercício de dois mil e dez, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA*", após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para proceder à introdução do ponto, introdução essa que se tenta transcrever na íntegra: "A explicação é simples, muito mais simples que a primeira. Trata-se exactamente de um documento que é obrigatório integrar nesta altura a esta Assembleia. Portanto, há necessidade legal de fazer a primeira revisão orçamental para, enfim, poder dar pleno cabimento ao orçamento aprovado no último ano. Portanto, é obrigatório e a Câmara assim fez, cumpriu essa obrigação. A distribuição é idêntica. Aqui também há pouco onde distribuir. De maneira que é um documento extremamente simples de analisar, por mim não tenho nada mais a dizer."-----

----- Sem ter havido lugar a qualquer intervenção no período de discussão do ponto cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou, desde logo, o seu processo de votação, decorrido o qual anunciou que a 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais dos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Serviços Municipalizados de Anadia, referente ao exercício de dois mil e dez, foi aprovada por maioria, com trinta votos a favor, dos Senhores Deputados Municipais do PPD/PSD, do CDS-PP e da CDU e dos dois Presidentes de Junta do Grupo Municipal do PS, zero votos contra e cinco abstenções, dos Senhores Deputados Municipais do PS. Subsequentemente, declarou aquele ponto quatro da ordem do dia encerrado.-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que os termos em que vinha sendo feita a menção das votações era para assim poder constar a acta, ou seja, para das actas constar quem votou a favor e contra.-----

----- Prestado o esclarecimento, passou a apresentar o ponto seis da ordem do dia, *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia do Regulamento de Taxas do Município de Anadia, nos termos das alíneas a) e e) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA"*. Para introduzir o assunto, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu o que se tenta transcrever na íntegra: "Trata-se efectivamente de um novo Regulamento de Taxas. Este feito de acordo com a lei actualmente em vigor. Já não se podem lançar taxas assim como se fazia dantes *à lá garder*, desculpem o termo, hoje tem de haver razões para o valor da cobrança da taxa. Tem de haver um estudo de viabilidade, de sustentabilidade da própria taxa, a fundamentação, no fundo, para que é que cobramos aquelas importâncias. É evidente que contratámos um serviço para o fazer, não quisemos correr o risco de fazer aqui alguma coisa que nos diferenciasse das Câmaras vizinhas e, portanto, nós contratámos uma entidade que nos fez esse estudo e, no fundo, nos propôs o valor das taxas. O estudo está aqui no documento. Quero-vos informar que foi nossa intenção, entre as taxas existentes e estas novas taxas que irão entrar em vigor, se for aprovado, como espero, aqui por esta Assembleia, nós fomos para os mínimos que efectivamente nos aproximam muito das taxas que já estamos a cobrar. Portanto, é uma questão mais de legalização, porque em termos de actualização, é muito pouco variável. Portanto, isto é obrigatório, esteve a inquérito público e, portanto, depois disso, voltou à Câmara e vem aqui naturalmente agora para vocês aprovarem, se entenderem que devem aprovar. Não tenho qualquer tipo de comentário, até porque o que está aqui está fundamentado, está expresso por uma entidade que foi encarregada de fazer isso. Foi à reunião de Câmara, não sofreu grandes alterações, e as que sofreu foi feito em consonância com as forças ali representadas. Não houve qualquer questão ali divergente. Portanto, é isto que vos quero apresentar e o que está escrito dirá o resto. Muto obrigado."-----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Nós aqui, pelo menos não consegui ver o relatório da empresa que efectuou este estudo. Eu sei que de facto isto decorre da aplicação da lei. Tanto quanto me apercebi, há umas taxas que descem, se calhar, ligeiramente, outras que sobem ligeiramente, enfim, são mais acertos, propriamente, do que grandes alterações. Mas o que eu gostaria de saber, até pela sua própria sensibilidade e porque tem acesso ao relatório, que eu não conheço,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se, ou a empresa transmite nesse relatório alguma sensibilidade de aumento ou de diminuição das taxas, ou se o Senhor Presidente de Câmara, derivado do conhecimento que teve através da empresa, se tem essa sensibilidade. Ou seja, se prevê que há, ainda que ligeiros, porque me parece que será ligeiro, será aumento ou será diminuição? Muito obrigado.”-----

----- No seguimento da interpelação efectuada pelo Senhor Deputado Rui Marinha, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que efectuou o esclarecimento que se tenta transcrever na íntegra: “O que se passou foi o seguinte: a empresa portanto que tratou, ao apresentar à Câmara o trabalho, para cada taxa, como é normal, criou ali, digamos, uma zona de aplicação. Por exemplo, desculpe a comparação, entre os cinco e os dez. A nossa vontade é receber dinheiro. Era de bom grado ir para o plafon máximo, mas havia aqui duas coisas. Primeiro, é que se desenquadrava das taxas actualmente em vigor, fugia. Em segundo lugar, penso que o momento, porque nós podemos actualizá-las, a partir de agora, quando quisermos, que o momento não é de subida assim tão acentuada. Portanto, pusemos mesmo isto. Essa empresa teve numa reunião com a Câmara reunida, e ele disse-nos claramente, vocês aqui escolhem o que querem. Nós tivemos esse cuidado. Nós é que estávamos sensibilizados para que não houvesse grande variação, e a ter de haver, porque havia algumas, e temos de confessar isso, das que actualmente estão em vigor, que não entravam nessa tal janela, mas que facilmente se depreendia aquilo era um documento pedido aqui na Câmara, uma licença, um alvará, que estava longe daquilo que a Câmara só gastava às vezes em papel. Portanto, houve essa sensibilidade. Quanto a mim, penso que sim. Aliás, eu quero-lhe dizer que, como isto foi feito na Câmara, nós tivemos algum tempo, e depois houve o tal inquérito público, houve algum tempo para que aparecessem sugestões. Felizmente, elas não apareceram é porque entenderam o documento mais ou menos suficiente e mais ou menos claro. A única discrepância, passo o termo, porque é única, em relação às taxas aqui cobradas, é evidente que são aquelas que dependem exclusivamente de taxas em termos de licenciamentos urbanos, porque aí, na verdade, havia taxas que nós cobrávamos e que na actual lei não existem. E havia outras que eram insignificantes, e que nós provavelmente nem cobrávamos, agora, uma vez que tivemos, digamos, de uniformizar isso tudo, aí sim, houve realmente algumas taxas que desapareceram e outras que apareceram. Mas, no cômputo geral de um licenciamento, por exemplo, urbano ou industrial, não ultrapassa aquilo que as outras, em conjunto, faziam. Penso que esse cuidado tivemos nós.”-----

----- Para outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS, que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Senhor Presidente, queria deixar uma sugestão. Eu penso que esta questão de não haver, quando há consulta pública, de não haver ninguém a discordar ou concordar, é mais por desconhecimento do que propriamente estar satisfeito ou insatisfeito. Portanto, queríamos deixar a sugestão, quando houvesse situações destas de consulta pública, pudesse publicitar, por exemplo, naquele painel ali, aqui em frente à Câmara, uma coisa muito rápida, a dizer: encontra-se em consulta pública a alteração ao Regulamento tal. Penso que



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seria mais transparente. Obrigado.”-----

----- Para responder ao Senhor Deputado André Henriques, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu o que se tenta transcrever na íntegra: “Eu concordo, em parte, consigo. Mas eu não tenho que fazer mais que cumprir a lei. E a lei define que é para as Juntas de Freguesia, os locais habituais do costume. Agora, é evidente, também não nos custa a nós informar. Eu quero-lhe dizer que todo, mesmo o estudo económico que sustenta este documento, nós temos-lo na internet. Nós procurámos, enfim, dentro daquilo que é mais comum, veja, onde as pessoas vão ver uma Face Oculta, um Anadia Profunda, muito mais facilmente devem de ir ver um problema relacionado com a Câmara. Portanto, eu quero-lhe dizer, sinceramente, como sou um homem aberto, e o Senhor como jovem, acho que é uma sugestão a tomar em conta, porque é abrir os canais todos, qual é o problema. Quem não deve não teme, não é assim? Muito obrigado.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-PP, que completou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Queria só aqui levantar algumas questões. Primeira. No artigo trinta e sete, no que se refere às taxas. Eu percebo, isto é claramente contabilidade de custos e há aqui taxas que estão calculadas, não há que lhe mexer, aquelas correntes. Agora, nestas, nós podíamos, não sei se podíamos, a Câmara é que poderá eventualmente analisar e ver se é possível. Eu tenho uma experiência em relação às taxas, no caso de Coimbra, que foi muito gravoso. É que, quando a amara de Coimbra aumentou substancialmente as taxas de edificação, o que aconteceu é que as pessoas fugiram para Condeixa, porque as taxas de edificação eram mais baratas. E Coimbra perdeu população. Ora, ao perder população, perde, também, aumento de impostos locais. Portanto, eu não sei, e isso é que eu gostava de questionar, é se, quando fizeram o teste destas fórmulas, eu só testei uma. Eu, por exemplo, testei uma aqui para duzentos metros quadrados de uma moradia, dava-me trezentos e setenta e quatro vírgula oitenta e oito euros, com duzentos metros quadrados. E há relativamente pouco tempo, não sei se está actualizado, mas fiz uma em Cantanhede com trezentos metros, e dava trezentos euros, era cerca de um euro o metro. O que eu achava aqui, e que podia haver um encontro com as taxas vizinhas, a ver se nós não estaríamos acima deles. No mínimo, não estarmos acima. E esta não tem a ver com a contabilidade de custos, não é directa. Mas eu também não sei porque não tive tempo para estar a analisar todas.”-----

----- Depois, no artigo quarenta e sete. Aqui é claramente uma opção gestionária, que tem a ver com pedidos de prazo para conclusão de obras e prorrogações para... Mas, principalmente no primeiro, os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de obras, nós queremos que elas sejam concluídas, ou não? O princípio parte daí. É que se queremos que elas sejam concluídas, porque se ela foi licenciada, se calhar, o melhor era a taxa aqui ser o mínimo possível, que é para ele a concluir. Porque se ele já tem dificuldade, se não a acabou no prazo, é porque não teve financiamento, capacidade. Normalmente, pode não ser. Pode haver uma



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

falência, pode haver qualquer coisa, mas correntemente pode acontecer isso. Portanto, não há interesse nenhum para a Câmara, suponho eu, em termos urbanísticos, que a casa fique ali parada anos. O mesmo se refere com a licença especial para obras inacabadas. Esta para mim ainda é mais grave, porque ela aqui é agravada. E se é uma obra inacabada, é uma obra que esteve, portanto, ele fez parte da obra, depois não conseguiu continuar por qualquer razão, e a obra esteve ali uns anos parada. E depois vem pedir uma licença para obras inacabadas e ele vai ser penalizado em um vírgula qualquer coisa por cento a mais em relação a uma licença corrente. Também me parece que é uma opção gestonária. Queremos que ele acabe a obra, ou não queremos? Se não queremos, não vale a pena penalizá-lo.-----

----- Nas taxas municipais de urbanização, eu não consegui fazer contas para nenhuma, portanto, só gostava que me dissessem se estão acima ou abaixo dos concelhos vizinhos, que é para não sairmos prejudicados. Assim como nas infra-estruturas.-----

----- Depois, só me merece aqui mais um comentário. É que, por exemplo, nos loteamentos, e eu digo isto porque tenho outros regulamentos que tenho participado, e separamos, nas taxas, por exemplo, na apreciação de pedidos, a taxa de apreciação de loteamentos é igual, aqui não aparece diferenciado se ele tem cinco lotes ou cinquenta lotes. Depois na licença é. Mas na taxa de apreciação, e é diferente eu apreciar um loteamento de dois lotes e um loteamento de cinquenta lotes. Portanto, acho que não há aqui uma diferenciação positiva, principalmente para quem tem menos possibilidade, sendo um grande imobiliário... Isto é aquela taxa de entrada do processo, que é no artigo primeiro, na primeira página logo dos anexos.-----

----- Há aqui outra situação que me levanta algumas questões, que é: as edificações erigidas em parcela destacada, por fogo ou unidade, no caso da propriedade horizontal, pagam cinco euros e meio por cada fracção. Mas, se for na parcela resultante do destaque, portanto, na segunda parcela, já paga vinte e seis e meio. Não consigo perceber por quê, porque a análise do processo é a mesma. Se isto é contabilidade de custos, eu analisar um processo ou outro, normalmente perco mais ou menos o mesmo tempo. Isto é a página sete de vinte do anexo, mesmo no final. Estas duas, é porque há uma discrepância muito grande, não percebi qual foi a intenção. Ou não se quer que se construa na parcela resultante do destaque, também pode ser.-----

----- No fornecimento de plantas topográficas, estamos na era digital, tecnicamente, eu achava que devíamos prever aqui a possibilidade de se requisitar a planta topográfica em suporte digital, porque se os técnicos, depois, têm de entregar o projecto em suporte digital, também vinha a planta, se não, ficam sempre sem a planta em suporte digital. Porque já à frente, por exemplo, quando falam nas taxas de diversos serviços, já aparece fornecimento de informação em suportes magnéticos. Não sei por que é que nas plantas não é possível fazer o fornecimento."-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o Senhor Deputado para o informar de que a taxa a que se referia constava no artigo dezanove do anexo, artigo esse que fala do fornecimento de plantas em formato digital.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Retomando a palavra, o Senhor Deputado continuou a sua intervenção, que se passa a tentar reproduzir na íntegra: "Não, mas depois na taxa não está lá. Quando aparece a taxa, ele fala no artigo, mas depois na taxa, porque a tabela de taxas é a final, é o anexo. Eu peço desculpa, efectivamente isso eu não vi. Aí está correcto.-----

----- Uma sugestão, porque estou a utilizá-la, também, é situação dos reclames. Normalmente os reclames luminosos, ou a publicidade, no exterior dos edifícios só cria um impacto visual negativo, por norma. Nós introduzimos, recentemente, e pode ser aproveitado ou não, uma regra no regulamento de taxas precisamente que diz que se a publicidade for feita por dentro da montra do estabelecimento o custo é zero. Tem de apresentar o processo para sair uma coisa com qualidade, mas aí, não paga. Porque ele não está a ocupar directamente o espaço público, não está a fazer nada sobre o espaço público, portanto, sendo no interior não haveria taxa. Mas, isto é uma mera sugestão, que pode ser tomada ou não, porque evita-se que hajam aqueles reclames pendurados nas fachadas, que muitas vezes depois quando se deterioram têm um aspecto nada agradável. Pronto, e finalmente só dar efectivamente os parabéns ao Senhor Presidente. Aqui efectivamente foi feita a contabilidade de custos, não posso deixar de o dizer. Muito obrigado."-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que prestou o esclarecimento que se tenta transcrever na íntegra: "Em princípio, as questões seriam pertinentes, e são pertinentes, mas quero-lhe chamar a atenção que isto foi tudo devidamente analisado com as Câmaras aqui à volta, não Coimbra. Coimbra você sabe como é que faz doer. Mas nós, enfim, também não oferecemos as condições em termos urbanísticos e em termos de valor de terrenos que Coimbra oferece, é evidente que temos de ter naturalmente outra taxação para as coisas. E, então, houve esse cuidado.-----

----- Aquilo que está aqui no relatório, é aquilo que também está nas outras Câmaras. Há um procedimento aqui muito igual. É evidente que não se pode analisar esta tabela assim de uma forma tão momentânea quanto o está a fazer. Mas, quando se fala das obras inacabadas, que são mais caras, que devia ser mais barato, ouça, não foi a opção da Câmara e naturalmente dos estudos. Portanto, temos de aceitar isso, não estamos em tempo, neste momento, e aqui não se pode corrigir. Não se deve mesmo corrigir. Agora, sabeis que vamos pôr este, agora já no princípio do mês, a partir da altura que está aprovado, vamos pô-lo e vigor, e vamos, naturalmente, testá-lo. E é a testar este tipo de documentos que vamos encontrar uma ou outra situação que eventualmente se torne gravosa e que nós de maneira nenhuma na Câmara queremos que ela se mantenha. Vamos corrigi-la e temos de admitir que documentos tão extensos, tanta taxa, que alguma coisa haja de menos adequado. Mas iremos logo a seguir adequar.-----

----- Aliás, quero-lhe dizer mesmo que a própria Câmara, criar taxas, agora com a nova regulamentação, como sabe, não pode. Mas pode isentar. Portanto, há um remédio sempre. Não se deixa morrer o doente por falta de remédio. Mas é bom, na minha opinião, que vão,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agora ao longo dos tempos, em especial aqueles que chegam aqui à Câmara e que se confrontam com uma ou outra situação que acham que não esteja tão bem assim, que nós corrigiremos isso com todo o à vontade. Errar é humano. Não vos vou exigir aqui, como Deputados Municipais, que me aprove um documento absolutamente cem por cento correcto, porque eu também não tenho a capacidade, muitas vezes, de o fazer cem por cento correcto, que vamos aqui distribuir naturalmente as nossas responsabilidades, e assumindo-as, corrigindo-as. Este é o pedido, no fundo, que eu faço a esta Assembleia.-----

----- Sobre os reclames luminosos, é evidente que isso são sugestões que também podemos aqui eventualmente ponderar e ver isso como deve ser. Hoje o que está em causa é a aprovação deste documento e eu, sinceramente, para que tudo esteja em conformidade, Senhor Presidente, gostava que ele fosse aprovado, e em minuta, naturalmente. Muito obrigado.”-----

----- Concluído o período de discussão do ponto seis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o mesmo a votação, finda a qual anunciou que a proposta da Câmara Municipal de Anadia do Regulamento de Taxas do Município de Anadia foi aprovada por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, faltando no momento na sala dois Deputados Municipais, o Senhor Doutor Cardoso Leal e o Senhor Henrique Lameirinhas.-----

----- Subsequentemente, e antes de dar o ponto por encerrado, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-PP, para efectuar a declaração de voto que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Eu só queria dizer que votámos favoravelmente dada a abertura demonstrada pelo Senhor Presidente para, no caso de se vir a verificar que qualquer destas taxas sejam exageradas, principalmente aquelas que não estão na contabilidade de custos, estar disponível para as corrigir. Era só. Muito obrigado.”-----

----- Esgotada a ordem do dia e não existindo público na sala, nem tendo sido solicitada a intervenção por parte de qualquer representante de Instituições do concelho, antes de dar por encerrada a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário de que o Grupo Municipal do PSD tinha apresentado uma proposta à Mesa de aprovação em minuta dos pontos dois, três, quatro, cinco e seis da ordem do dia. Desde logo, passou à votação daquela proposta, e concluída a sua votação, anunciou que a proposta do Grupo Municipal do PSD tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor, faltando no momento na sala dois Deputados Municipais, o Senhor Doutor Cardoso Leal e o Senhor Henrique Lameirinhas.-----

----- Antes de dar por encerrada a sessão, não pode deixar de agradecer um facto que destacou como inédito, o facto das representações da comunicação social, que todos tanto prezam, se terem mantido até ao final da sessão, o que nem sempre acontecia, ainda que acreditando que por razões óbvias de serviço.-----

----- Nada mais havendo a tratar, deu de imediato por encerrada a sessão ordinária, quando eram dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, não sem antes agradecer a presença de todos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -

